

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

JOSÉ GABRIEL CRESPO TORRES

MÍDIA, DISCURSO E PODER: A RELAÇÃO ENTRE BRASIL E CHINA NOS
JORNAIS FOLHA DE S. PAULO E O ESTADO DE S. PAULO

Campos dos Goytacazes – RJ
Novembro de 2023

JOSÉ GABRIEL CRESPO TORRES

MÍDIA, DISCURSO E PODER: A RELAÇÃO ENTRE BRASIL E CHINA NOS
JORNAIS FOLHA DE S. PAULO E O ESTADO DE S. PAULO

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política da Universidade
Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro, como requisito
parcial à obtenção do título de
Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Dr. Paulo Rodrigues Gajanigo

Campos dos Goytacazes – RJ
2023

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pelo autor.

T693

Torres, José Gabriel Crespo.

Mídia, discurso e poder : a relação entre Brasil e China nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo / José Gabriel Crespo Torres. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2023.

94 f.

Inclui bibliografia.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2023.

Orientador: Paulo Rodrigues Gajanigo.

1. Mídia. 2. Poder. 3. Crise. 4. Pandemia. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

MÍDIA, DISCURSO E PODER: A RELAÇÃO ENTRE BRASIL E CHINA NOS
JORNAIS FOLHA DE S. PAULO E O ESTADO DE S. PAULO

José Gabriel Crespo Torres

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política da Universidade
Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro, como requisito
parcial à obtenção do título de
Mestre em Sociologia Política.

Aprovado em: ____/____/____

Prof. Dr. Paulo Rodrigues Gajanigo (Sociologia Política) – UENF
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
(Presidente)

Prof. Dra. Wania Amélia Belchior Mesquita (Sociologia Política) – UENF
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof. Dra. Jacqueline da Silva Deolindo (Comunicação) – UFF
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dra. Isabelle Christine Somma de Castro (Comunicação) – USP
Universidade de São Paulo

Campos dos Goytacazes – RJ
2023

Dedico à minha família, que sempre me apoiou no caminho que levou à pós-graduação, aos colegas e professores do jornalismo que de contribuíram de alguma maneira para este momento.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do PPGSP UENF, meu mais sincero agradecimento. Pelas aulas, trocas, indicações e pelo apoio, sempre que necessário.

Para minha família, o meu profundo agradecimento por terem contribuído de diversas maneiras e, cada qual com sua particularidade, ter incentivado e apoiado durante o mestrado. Meus pais Maria das Graças e Roberto, meus irmãos Jaqueline e Roberto, sem vocês não teria chegado até aqui. Minha namorada e companheira Denise, pelo apoio nos meses finais de escrita.

Agradeço aos amigos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP), que apesar de escassos momentos de presença física, construímos amizades e trocas no ambiente online muito importantes em minha trajetória. No momento difícil da pandemia, nossa rotina de aulas, discussões e conversas foi um alento à saúde mental e enriquecedora na formação como pesquisador.

Agradeço ao meu orientador, professor Paulo Rodrigues Gajanigo, pelo apoio, ideias e orientações. Muito obrigado pela sua paciência e atenção.

A diplomacia é apenas a
continuação da guerra por outros
meios.

Zhou Enlai

RESUMO

Durante a pandemia de covid-19 no Brasil em 2020, tiveram início declarações ofensivas à China, acusando este país de encoberto o surgimento do vírus. Tais declarações vieram de pessoas próximas ao presidente Jair Bolsonaro e abalaram a relação diplomática Brasil-China. O recorte da pesquisa se localiza neste período, março de 2020, e investigamos os posicionamentos dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo nesta ocasião. Utilizamos como aporte metodológico nesta pesquisa os apontamentos de John Thompson e as propostas do autor para uma análise sócio-histórica. Durante o estudo, encontramos na análise dos jornais a defesa da relação diplomática sino-brasileira e concluímos que ambos, mesmo com as diferenças ideológicas, prezaram por esta relação entre os países.

Palavras-chave: Mídia; Poder; Crise; Pandemia;

ABSTRACT

In Brazil, during the COVID-19 pandemic, initiated a period of offensive declarations towards China, accusing the country of having covered up the surging of the virus. Such declarations came from close people to President Jair Bolsonaro and shook up Brasil-China diplomatic relations. The survey was framed in the period of March 2020 and the editorial position of the newspapers “Folha de S. Paulo”, and “O Estado de S. Paulo” were investigated. The methodology used in this research were the observations of John Thompson and the author’s proposal for a socio-historic analysis. During the study, we found out in the newspapers analysis, the protection of the Brasil-China diplomatic relations and concluded that both newspapers, event ideologic different, valued the relation between the countries.

Keywords: Media; Power; Crises; Pandemic;

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ABAG – Associação Brasileira de Agribusiness

ACM – Antnio Carlos Magalhães

CEBC – Conselho Empresarial Brasil China

CBERS – China-Brazil Earth Resource Satellite

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar

COSBAN – Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertao e Cooperaco

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FHC – Fernando Henrique Cardoso

GEIPAG – Grupo Executivo da Indústria de Papel e Artes Gráficas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFA – Ingrediente Farmacêutico Ativo

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

JK – Juscelino Kubitschek

LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PFL – Partido da Frente Liberal

PIB – Produto Interno Bruto

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

UDN – União Democrática Nacional

UDR – União Democrática Ruralista

USAID – United States Agency for International Development

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 15 |
| 1 A HISTÓRIA DOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO E O ESTADO DE S. PAULO..... | 20 |
| 1.1 A HISTÓRIA DAS FOLHAS..... | 20 |
| 1.2 A HISTÓRIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO..... | 37 |
| 2 AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E CHINA..... | 47 |
| 2.1 A HISTÓRIA DA RELAÇÃO DIPLOMÁTICA ENTRE BRASIL E CHINA.... | 47 |
| 2.2 A RELAÇÃO BRASIL X CHINA DURANTE O GOVERNO BOLSONARO..... | 55 |
| 2.3 O “ANTIGLOBALISMO” BRASILEIRO E SEU CONTEXTO INTERNACIONAL..... | 63 |
| 3 BREVES CONSIDERAÇÕES E ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DOS JORNAIS..... | 66 |
| 3.1 THOMPSON, A MÍDIA E AS FORMAS DE PODER..... | 66 |
| 3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DA RELAÇÃO CONFLITIVA ENTRE JAIR BOLSONARO E A CHINA..... | 69 |
| 3.3 A AGRONEGÓCIO E SUA TRAJETÓRIA DE IMPORTÂNCIA NO BRASIL..... | 70 |
| 3.4 ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DOS JORNAIS..... | 73 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 87 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 89 |

Introdução

Este trabalho tem como tema inicial a relação entre Brasil e China durante o início da pandemia de covid-19 no Brasil, em março de 2020. Apesar de criticar o país asiático antes mesmo de assumir a presidência, Jair Bolsonaro manteve as relações com a China durante seu primeiro ano de mandato, em 2019, apesar de defender como pauta de governo o combate ao comunismo. O relacionamento entre os países só veio a sofrer abalos em março de 2020, ocasião em que o coronavírus chegou ao Brasil e afetou drasticamente o país, começando a causar mortes e impactos em todas as esferas da sociedade.

A pandemia provocada pelo novo coronavírus chegou oficialmente no Brasil no pós-carnaval de 2020, com os primeiros casos registrados no mês de março. O estado da contaminação foi elevado à pandemia¹ pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11/03/2020. O vírus Sars-Cov-2, causador da doença que foi nomeada de Covid-19, pode evoluir para uma infecção respiratória grave e tem rápida propagação entre as pessoas. Diante este cenário, as diretrizes dos órgãos de saúde para lidar com o vírus basearam-se no isolamento social, até que as primeiras vacinas estivessem prontas.

Desde o início da pandemia, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro (2019-2022) deu declarações buscando minimizar os impactos da doença, tornando-se inclusive alvo de uma CPI que investigou a gestão da crise por seu governo. O jornal Folha de S. Paulo relata que uma equipe que auxilia nos trabalhos da CPI levantou mais de 200 momentos entre janeiro de 2020 e 2021 em que Bolsonaro propagou discurso negacionista na pandemia².

Naquele momento, em que a epidemia do vírus começava a se agravar no Brasil, tiveram início as ações por parte de pessoas próximas ao presidente brasileiro que colocaram o Brasil em conflito com a China. O fato inicial destes atritos foi a publicação³

¹ Ver em: BRASIL. Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus. UNA-SUS. 11 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2024.

² Ver em: FOLHA DE S. PAULO. CPI mira discursos do governo e levanta 200 falas negacionistas de Bolsonaro. 30 de abril de 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/04/cpi-mira-discursos-do-governo-e-levanta-200-falas-negacionistas-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2024.

³ Ver em: UOL. Eduardo Bolsonaro diz que culpa de pandemia do coronavírus é da China. 18 de março de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/18/sem-provas-eduardo-bolsonaro-diz-que-culpa-da-pandemia-e-da-china.htm>>. Acesso em: 8 de dezembro de 2023.

de Eduardo Bolsonaro – filho do presidente e deputado federal – em uma rede social comparando a então epidemia de coronavírus ao desastre nuclear de Chernobil e culpando a China pela disseminação do vírus.

Estas declarações depreciativas em relação à China, maior parceiro comercial do Brasil, se espelharam à época na retórica do presidente americano Donald Trump, que falava em “vírus chinês” para se referir à doença, incentivando a xenofobia com o país asiático. No Brasil, esta declaração ofensiva e acusatória ausente de provas de Eduardo Bolsonaro deu início à crise diplomática com os chineses, principais parceiros comerciais de nosso país.

As reações em repúdio à esta declaração partiram dos representantes diplomáticos chineses no Brasil⁴, que condenaram tal atitude, cobraram um pedido de desculpas e afirmaram que a relação sino-brasileira poderia ser abalada. Também se posicionaram contra tais declarações ofensivas importantes agentes políticos e veículos de comunicação, além de setores econômicos preocupados com a manutenção de seus negócios com a China.

Estes atritos com a China trouxeram empecilhos ao Brasil no combate à pandemia. A produção e aplicação de vacinas é a ação mais eficaz na contenção do coronavírus e o Brasil encontrou dificuldades nesta questão devido aos atritos criados durante a pandemia pelo presidente brasileiro e membros do governo com a China, parceiro de importância estratégica no combate à doença.

A produção de vacinas no Brasil, mesmo a desenvolvida pela parceria do Instituto Butantan com o laboratório chinês Sinovac, esbarrou na limitada quantidade de insumos que o país conseguiu obter. Os insumos e IFAs (ingredientes farmacêuticos ativos) são produtos essenciais para a fabricação das vacinas e cuja produção não acontece no Brasil, tornando o país dependente das nações produtoras, sendo a China o maior fornecedor.

Quando a produção de vacinas contra covid-19 começou no Brasil, os atritos com a China prejudicaram⁵ o Brasil neste processo, dada a dependência brasileira em relação

⁴ Ver em: FOLHA DE S. PAULO. Embaixada da China reage a acusações de Eduardo Bolsonaro sobre coronavírus. 18 de março de 2020. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/embaixador-da-china-no-brasil-reage-a-eduardo-e-diz-que-deputado-nao-tem-visao-internacional.shtml>>. Acesso em: 8 de dezembro de 2023.

⁵ Ver em: FOLHA DE S. PAULO. Declarações da gestão Bolsonaro contra a China afetam liberação de insumos de vacinas, diz Butantan. 6 de maio de 2021. Disponível

ao país asiático na obtenção de insumos. O diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, afirmou em maio de 2021 que não teria mais doses da vacina CoronaVac para entregar a partir de meados daquele mês. Ele atribuiu⁶ a paralisação da produção ao atraso na chegada de insumos provenientes da China e reclamou da falta de diplomacia do governo federal.

Neste contexto, o presidente Bolsonaro ignorou a importância chinesa para o Brasil e realizou novos ataques ao país, sugerindo que o coronavírus poderia ter sido criado em laboratório pelos asiáticos. Culmando os chineses pela proliferação da doença, afirmou “É um vírus novo, ninguém sabe se nasceu em laboratório ou por algum ser humano [que] ingeriu um animal inadequado. Os militares sabem que é guerra química, bacteriológica e radiológica. Será que não estamos enfrentando uma nova guerra?”⁷.

Além do incentivo a tratamentos ineficazes e das críticas às vacinas contra a Covid-19, foram reveladas nos últimos anos informações sobre o empenho do governo brasileiro em atrasar a vacinação contra a doença, chegando até a recusa de vacinas oferecidas ao Brasil.

Reportagem da Revista Piauí dá conta de que o governo Bolsonaro recebeu três ofertas⁸ do Instituto Butantan para comprar a CoronaVac, vacina produzida em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac. Após as duas primeiras ofertas, em julho e agosto, não obterem nenhuma resposta do Ministério da Saúde, a terceira em outubro de 2020 foi respondida com a intenção de compra.

Outra vacina contra a covid-19 oferecida ao governo brasileiro ainda em 2020 foi a desenvolvida pela farmacêutica americana Pfizer⁹. A empresa apresentou cinco propostas ao Governo Federal entre agosto e novembro, três prevendo a entrega de

em:<<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/05/declaracoes-da-gestao-bolsonaro-contr-a-china-afetam-liberacao-de-insumos-diz-butantan.shtml>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2024.

⁶ Ver em: CNN BRASIL. Butantan entrega 1,1 mi doses de vacina e paralisa produção por falta de insumos. 15 de maio de 2021. Disponível em:<<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/butantan-interrompera-producao-de-vacina-por-atraso-em-entrega-de-insumos/>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2024.

⁷ Ibidem.

⁸ Ver em: REVISTA PIAUÍ. Bolsonaro recusou três ofertas de vacina. 5 de fevereiro de 2021. Disponível em:<<https://piaui.folha.uol.com.br/bolsonaro-recusou-tres-ofertas-de-vacina/>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2024.

⁹ Ver em: EL PAÍS BRASIL. Diretor da Pfizer escancara atraso letal do Governo Bolsonaro na compra de vacinas. 13 de maio de 2021. Disponível em:<<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-13/diretor-da-pfizer-escancara-atraso-letal-do-governo-bolsonaro-na-compra-de-vacinas.html>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2024.

vacinas ainda em 2020 e duas em 2021, mas nenhuma delas foi respondida pelo Ministério da Saúde, comandado à época pelo general Eduardo Pazuello.

As revelações sobre a recusa às vacinas da Pfizer foram feitas pelo presidente da empresa na América Latina, Carlos Murillo, que prestou depoimento na CPI da Pandemia e expôs a inação do Governo Federal no enfrentamento da crise do coronavírus. O contrato com a farmacêutica só foi assinado em março de 2021, sete meses depois da primeira proposta.

Dados estes acontecimentos narrados acima, esta pesquisa teve como problema central os posicionamentos de dois jornais brasileiros durante a crise diplomática Brasil-China: a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. Estes dois tradicionais veículos jornalísticos se posicionaram pela manutenção da relação diplomática que estava ameaçada pelas declarações ofensivas à China, um país que diverge dos dois jornais no que tange a sua linha ideológica, forma de governo e de organização da sociedade.

A China é governada pelo Partido Comunista Chinês e importantes setores de sua economia estão sob controle do Estado, apesar das reformas liberalizantes implementadas no último quarto do século XX. Seu sistema de governo, a forma como ele interage com a sociedade não são aceitas pelos atores políticos que se identificam com o liberalismo¹⁰ e que consideram a democracia liberal¹¹ a única forma realmente democrática e legítima de governo.

Dentre estes atores, colocamos os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. Apesar de divergir quanto ao tipo de liberalismo defendem, estes dois importantes veículos da imprensa brasileira identificam-se com a democracia liberal e opõem-se às teses socialistas de organização da sociedade. E consideradas estas características e posições ideológicas destes jornais, ambos se posicionaram durante a crise diplomática

¹⁰ O liberalismo em sua forma original pode ser entendido como o conjunto de teorias que defendem um Estado constitucional, com autoridade nacional central e poderes bem definidos e limitados e um bom grau de controle dos governados, além de ampla margem de liberdade civil (Merquior, 2016, p. 51).

¹¹ A ótica liberal da democracia enfatiza a importância de proteger os direitos individuais e das minorias contra a tirania do Estado e a tirania da maioria. Fazem parte deste ideário um poder judiciário independente e um sistema de freios e contrapesos que limitam o exercício do poder executivo. Segundo Crawford Macpherson “Este modelo isola o caráter moral do processo político e entende a democracia apenas enquanto um mecanismo pelo qual o povo pode escolher um representante dentre os escolhidos das elites de grupos políticos” (Macpherson, 1978, p.82-83).

em defesa do relacionamento com a China, país ao qual antagonizam no campo ideológico e político. Nossa problemática é analisar as nuances desta contradição.

Entre os objetivos desta pesquisa estão investigar os posicionamentos dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo durante a crise diplomática entre Brasil e China, ocorrida durante o início da pandemia de covid-19. Além disto, analisar a partir da história da relação sino-brasileira e dos jornais escolhidos, os antecedentes e componentes históricos e políticos que expliquem seus posicionamentos no período estudado.

Esta pesquisa utilizou como aporte metodológico de análise as contribuições de John Thompson (2011). O pesquisador traz indicações que julgamos úteis à análise dos textos jornalísticos selecionados, sobre como o sentido é construído e usado pelas formas simbólicas de diversas maneiras. Neste referencial metodológico, encontramos indicações de como investigar os contextos sociais dentro dos quais os textos selecionados foram produzidos, se servem ou não para manter relações de poder sistematicamente assimétricas.

O primeiro capítulo deste trabalho faz um apanhado da história dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. São abordados desde sua fundação, as mudanças de direção por que passaram, as posições ideológicas que assumiram em períodos específicos da história política do Brasil e suas afinidades com setores de classe.

Na segunda parte da pesquisa, foi feito um levantamento sobre a história da relação diplomática entre Brasil e China, a fim de enriquecer o debate sobre a crise diplomática estudada. O capítulo aborda o estabelecimento das relações sino-brasileiras na década de 1970, os avanços e ganhos que esta parceria bilateral trouxe ao longo de cada década e período de governo específico, além do grau de relevância que esta relação adquiriu nas primeiras duas décadas do século XXI.

No terceiro capítulo é feita a análise dos textos dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo que tem como tema central a crise diplomática entre Brasil e China. Apoiando-se na metodologia da Hermenêutica de Profundidade (HP) proposta por John Thompson, aplicamos os aportes julgados mais interessantes à análise sócio-histórica dos textos que foram selecionados.

Capítulo 1 – A história dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo

1.1 – A história das Folhas

As Folhas têm origem no ano de 1921, quando foi fundada a Folha da Noite por ex-funcionários do Estadão de São Paulo. A causa de seu surgimento foi que, ao término da Primeira Guerra, foi fechado o jornal Estadinho, editado como vespertino pelo Estadão e no qual trabalhavam. Neste nascimento, o jornal iniciou sua trajetória sendo editado por jornalistas que ainda trabalhavam no Estadão como empregados e na Folha como proprietários.

A Folha da Noite, que a princípio não concorreria de modo imediato com O Estado, conseguiu o apoio financeiro e material inicial deste último, que manteve ainda toda esta equipe de jornalistas como empregados em sua redação. Além disso, quando do lançamento da Folha, o próprio Júlio de Mesquita Filho (proprietário do Estado) foi encarregado de redigir o artigo de apresentação do jornal.

A contribuição de Júlio de Mesquita Filho à Folha em seu nascedouro foi o suficiente para ser considerado pelos fundadores do jornal também um de seus iniciadores (Taschner, 1992, p. 39).

Como se pode ver, as relações que se estabeleceram entre os fundadores da *Folha da Noite* e a direção de *O Estado de São Paulo*, se levamos em conta que este último não era um banco, parecem mover-se mais no universo de instituições como o compadrio – mais especificamente, o apadrinhamento – e o favor, do que nos padrões competitivos do capitalismo (TASCHNER, 1992, p. 39).

O novo jornal foi fundado por cinco pessoas, entre elas: Antônio dos Santos Figueiredo, Mariano Costa, Ricardo Figueiredo, Olival Costa e Pedro Cunha. E, mais tarde, ficou apenas sob a propriedade dos dois últimos.

Esses fatos, associados às circunstâncias de seu surgimento, amparados nos proprietários de outro jornal com quem poderiam vir a competir, permitem distinguir o momento de transformação que a sociedade vivia naquela época, rumo a uma ordem

social capitalista plenamente constituída em padrões urbano-industriais, na qual estas práticas perderam espaço.

Os anos de 1920 no Brasil foram período de transição para novos modelos de acumulação, nova organização dos atores políticos e também relações entre as classes. A economia tinha como eixo o setor agrário-exportador, mas ocorria naquela ocasião a diversificação de investimentos, iniciada nas décadas finais do século XIX, que consolidava o capital industrial. No final desta década, a crise do setor cafeeiro deu espaço para um padrão de acumulação baseado no crescimento urbano industrial, época em que o país se urbanizava mais aceleradamente.

Analisando este recorte histórico em que seu deu a criação da Folha da Noite, Gisela Taschner (1992) aponta para o esgotamento que fez-se sentir em diversos planos, com a grande ebulição política que marca esta década. Segundo a autora, esta ebulição se manifestou nos movimentos militares como o tenentismo, na formação de novos partidos políticos, inclusive o Partido Democrático fundado em São Paulo em 1926, e na nova constituição que deu ao poder central maior ingerência sobre os estados (Taschner, 1992, p. 26).

No plano político, como também se sabe, o federalismo e, com ele, o domínio oligárquico, consubstanciado pela chamada “política dos governadores”, sob a hegemonia das oligarquias dos estados mais fortes – São Paulo e Minas Gerais –, também caminhava para seu esgotamento, que levaria, após o movimento de 1930, a um processo de maior centralização de poderes pelo Estado (TASCHNER, 1992, p. 25).

Nesses anos de transição, de alta efervescência política, ideológica, cultural e militar, surge a Folha, um jornal impregnado pela lógica liberal da imprensa como missão e defesa do interesse público. Esta visão sobre a imprensa, no entanto, não a reduz à lógica de um jornal para dar lucros. Tanto que o jornal se envergonha da ideia de obter lucro, como mostra Taschner (1992) num trecho retirado do próprio jornal: “Dado o preço excessivamente módico da assinatura, ninguém dirá que esta folha é publicada com idéia de lucro” (Taschner, 1992, p. 37).

Pode-se absorver desta citação o caráter “envergonhado” do produto jornalístico no processo de formação de uma ordem social e ideológica mais claramente capitalista.

O lado mais “tradicional” da sociedade se manifesta com força neste momento e as práticas mercantis ainda não haviam sido reconhecidas de ponto de vista ético.

A Folha da Noite começou sua trajetória com sucesso comercial devido, entre outros fatos, a falta de concorrência em seu horário de circulação (ocupava o lugar do jornal encerrado pelo Estadão), a inexistência do rádio neste período e efervescência política daquele período. Na esteira deste sucesso é criada em 1925 a Folha da Manhã.

Dentro deste contexto dos anos 1920 onde prevaleceu o liberalismo assimilado pelas oligarquias e em enfrentamento com o positivismo e o autoritarismo, a Folha da Noite assumiu-se oportunista em sua apresentação aos leitores. Segundo Taschner (1992, p. 41), nos termos tratados por esta apresentação, “oportunista” significava a possibilidade de mudar de opinião sempre que as ocasiões assim o pedissem, dando ao jornal flexibilidade de linha editorial e até a ausência dela.

A orientação ideológica das Folhas não foi constante ao longo dos anos 1920. Inicialmente anti-oligárquicas, elas foram simpáticas aos movimentos de 1922 e 1924 e saudaram a fundação do Partido Democrático em 1926. Acabaram por se posicionar contra a Aliança Liberal no que Mota e Capelato (1981, p. 28) consideram a demonstração de que as Folhas eram profundamente paulistas e não confiavam no movimento que se colocava contra a hegemonia de São Paulo. As mudanças de orientação, nesta fase, aconteceram segundo os marcos dominantes do debate ideológico da época, os das oligarquias.

Sendo coerentes a posição de “oportunistas” assumida em seu primeiro editorial, as Folhas falaram em nome da classe operária, das classes médios e dos funcionários públicos, sem expressar maior identificação com nenhuma destas.

Esta primeira fase de existência das Folhas é encerrada por um importante acontecimento político: o Movimento de 1930. Com a vitória da Aliança Liberal, o jornal foi empastelado, teve sua circulação suspensa e foi logo vendido a novos proprietários. Adquirida por Octaviano Alves de Lima, mudou de nome em 20 de janeiro de 1931, passando se chamar Empresa Folha da Manhã Ltda.

Sob nova direção, as Folhas tiveram orientação diferente da anterior. A preocupação com temas urbanos e populares perdeu lugar na sua linha editorial, cedendo este espaço para uma visão agrarista e para a defesa de um projeto de desenvolvimento

capitalista voltado ao campo, contrário ao protecionismo estatal às indústrias. O jornal assumiu postura anticomunista e antipopular, sendo a maior preocupação neste período o café.

Octaviano Alves de Lima era um fazendeiro, mas que se ligava também ao comércio do café. A proposta das Folhas sob sua direção seria a retomada da hegemonia perdida pelo setor cafeeiro a partir do fim da década. Quando os jornais voltaram a circular em 15 de janeiro de 1931, eles pretendiam defender os interesses dos “lavradores”, como se pode ver abaixo:

A Folha da Manhã, assim como a Folha da Noite que reaparecerá na próxima semana, não terá compromissos outros senão os que assume os leitores, de propugnar pela causa da lavoura, que deve ser considerada a causa de S. Paulo e do Brasil (TASCHNER, 1992, p. 52).

É possível constatar as diferenças na orientação da mensagem das Folhas em relação ao período anterior. O jornal se definiu como um veículo informativo de causa, a serviço dos interesses de determinado setor de classe. A maior preocupação das Folhas passou a ser o café, tornando-se secundários todos os outros assuntos.

Nesta época, o jornal não deveria necessariamente obter lucro, não foi este o motivo pelo qual foi comprado. O lucro seu dono buscaria nas atividades ligadas ao café. As Folhas serviriam à promoção dos interesses da burguesia cafeeira, que através delas poderiam obter mais lucro. A mensagem já estava pressuposta e não havia sentido em manter o jornal se ela fosse outra.

A Empresa Folha da Manhã Ltda contava com dois jornais: a Folha da Manhã e a Folha da Noite. Este último, de aspecto popular, foi perdendo importância durante a gestão Alves de Lima devido à não preocupação em se chegar às classes populares. As Folhas direcionaram sua mensagem a um público leitor específico, negligenciando os interesses dos leitores da fase anterior.

Sob esta perspectiva, assuntos urbanos, financeiros e questões sociais importavam pouco à Folha, estando explicitamente atrás do café, que deveria ser enxergado como a ponta de lança do desenvolvimento nacional.

O analfabeto, a higiene, os transportes, o voto secreto, a segurança nacional, a missão financeira, tudo isso enche a cabeça de nossos estadistas tirando-lhes o sono, no desejo sincero de salvar a Pátria; nada faremos se antes não salvarmos o café que é a única coisa séria que há no Brasil (TASCHNER, 1992, p. 55).

Na organização do jornal, este status concedido ao café, esta postura de “jornal de causa”, levaram as Folhas a diminuir em suas páginas o espaço da seção de diversões, suprimir a seção feminina, e por outro lado, o aumento de sucursais no interior de São Paulo, de notícias sobre Santos e Campinas e o crescimento da seção comercial. Isto explica porque a mensagem foi agrarista e antiindustrial, que se afastasse dos temas urbanos quando o país se urbanizava e se industrializava.

Em 1945, considerando não ter alcançado seu objetivo principal de propugnar pela causa da lavoura, Alves de Lima vende as Folhas. Neste mesmo ano, com a censura já inoperante, o jornal se politiza e as manchetes são de combate ao Estado Novo. Entre os novos donos, destaca-se José Nabantino Ramos, que viria a chefiar o jornal até o final dos anos 1950.

Embora a nova direção afirme ainda defender os interesses da lavoura, entra em cena também a pecuária. Foi organizada uma sociedade anônima para incorporar o patrimônio dos jornais, com a participação de grandes e pequenos lavradores e pecuaristas, no propósito de representar ambas as classes. As Folhas iniciam esta fase de sua história afirmando defender intransigentemente o regime democrático e continuando sua tradição afirmam não defender partidos políticos.

Taschner (1992, p. 62) aponta para a defesa de causas mais importantes que a lavoura neste período das Folhas: a preocupação com a imparcialidade, sugerindo objetividade e neutralidade; e o regime democrático. Esta defesa do regime democrático se localiza na conjuntura de 1945, após o final da segunda Guerra Mundial e o Estado novo em seus momentos finais, os ventos sopravam a favor da democracia.

O período iniciado em 1945 foi de transformações em todos os níveis e que deram ao jornal uma base empresarial que não tinha anteriormente. Seu principal dirigente, Nabantino, preocupava-se com a eficiência. Devido a estes traços escolheu as Folhas em virtude de sua organização e constituiu a sociedade anônima do jornal. Percebem-se distinções que deixam entrever um caráter mais empresarial à esta direção.

Acompanharam as aspirações empresariais das Folhas a mudança de local dos setores de impressão e redação no final dos anos 1949 e início de 1950, além de incremento do capital do jornal nos anos iniciais e da criação de uma gráfica própria, a Impres (Taschner, 1992, p. 63-64). Estas transformações porque passaram as Folhas estão expostas no Programa de Ação elaborado em 1948.

O Programa de Ação das Folhas define, entre outras coisas, a concepção do jornal como empresa pela primeira vez e os princípios ideológicos norteadores da linha editorial. As Folhas podem ser definidas como liberais e, especificamente neste período, também intervencionistas. Segundo Taschner (1992, p. 70), o Programa de Ação defendia “um Estado federativo, com separação e harmonia de poderes, sufrágio universal e secreto, garantia da livre iniciativa, direito à vida, à propriedade”.

Nos traços pós-liberais, ao Estado não caberia apenas o papel de guardião da ordem. Ele deveria também suprir as deficiências da economia baseada na livre empresa privada, planejando o desenvolvimento. Este desenvolvimento, no entanto, não terá ênfase na pecuária ou qualquer outro setor segundo as diretrizes divulgadas em 1948.

Os interesses da lavoura e da pecuária não recebem nenhum destaque no documento que demarca as novas orientações ideológicas das Folhas. Antes, cobrava do Estado estímulo às classes produtoras sem privilegiar nenhum de seus setores. Com isso, as Folhas deixaram de ser porta-vozes da lavoura ou da pecuária, de setores de classe específicos, para colocarem-se como porta-voz da classe dominante como um todo e do modo de produção capitalista.

No período em que foi seguido, a década de 1950, estas diretrizes ideológicas também buscavam se precaver de mudanças drásticas na sociedade. À época do início da Guerra Fria, o triunfo de revoluções na China e na Coreia, as Folhas preocupavam-se em evitar ruptura com o modelo de sociedade vigente. No trecho que se segue, Taschner (1992, p. 71) destaca no jornal a tarefa para a “preparação das classes privilegiadas e do povo em geral, para a progressiva socialização da vida, sem violências ou traumatismos revolucionários” num momento histórico em que as classes populares ganhavam certo protagonismo político.

O jornal buscou manter neutralidade em face de partidos na década de 1950 e tentou caminhar ao centro de duas tendências das classes dominantes importantes nestes anos. As Folhas defenderam o capital estrangeiro, mas foram desenvolvimentistas.

Aproximaram-se da UDN (União Democrática Nacional) e foram anticomunistas, mas consideraram a questão social. Defenderam o desenvolvimento e a educação, mas como proteção contra o comunismo.

A próxima fase na história das Folhas aconteceu dois anos antes do Golpe de 1964, quando é formado um pacto de poder baseado na aliança entre a burguesia, classes médias e militares. Sobre isto, cabe ressaltar que o setor nacional burguês e desenvolvimentista perdeu espaço neste período para setores mais internacionalizados da burguesia. É neste contexto pré-golpe que o jornal muda de mãos. Em agosto de 1962, Nabantino vende as Folhas a Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, o primeiro ligado ao capital financeiro e o segundo à construção civil.

No início do regime militar, a escalada de autoritarismo foi justificada pelos grandes jornais como medidas de combate aos movimentos políticos de esquerda e ao “comunismo”. A Folha esteve entre os jornais que apoiou o golpe de 1964 e, apesar de abdicar de certas liberdades, como de expressão, obteve vantagens com o novo governo.

No editorial do 03 de março de 1964, a Folha defende em editorial que o governo está desacreditado e aposta na propaganda anticomunista: “O Estado tem sido tantas vezes posto a serviço de interesse dos outros, que ninguém mais acredita em sua recuperação” (Santos e Costa, 2022, p. 698). Segundo o editorial “O governo que aí se acha instalado no poder, fazendo por vezes, mediante alguns de seus porta-vozes, propaganda nitidamente subversiva” (Santos e Costa, 2022, p. 698).

Iniciado o golpe, o jornal publica um editorial repleto de esperança no país “em pleno desenvolvimento”, mudando rapidamente sua projeção de desenvolvimento e esperança logo que os militares assumem o poder. Como esta publicação é datada do dia 31 de março, pode-se dizer que mal haviam sentado na cadeira os novos governantes e já contavam com o apoio da Folha.

surgirá um Brasil maior, mais senhor de si mesmo, mais robusto em sua democracia, mais presente no mundo como nação condutora, mais feliz pela felicidade maior de seu povo e pela mais ampla e completa realização de seus cidadãos (FOLHA DE S. PAULO, 1964, p. 3).

Quando em 1966 o governo constituiu o Grupo Executivo da Indústria de Papel e Artes Gráficas (GEIPAG), a Folha foi uma das empresas beneficiadas com incentivos para a importação de equipamentos para suas gráficas. O Estado brasileiro gastou pesado em publicidade e gerou receitas para os meios de comunicação, beneficiando o jornal recém adquirido por Frias e Caldeira. A transformação do Grupo Folha em conglomerado aconteceu baseada nas vantagens oferecidas pelo contexto político e econômico. Os proprietários dos meios de comunicação submeteram à censura do Estado brasileiro devido em grande parte à dependência econômica que tinham com ele (Abreu e Lattman-Weltman, 2006, p. 75).

Beneficiaram-se materialmente de várias das possibilidades que se abriram no novo contexto. Em compensação, ficaram atreladas ao governo por certo período, só se manifestando com mais independência a partir de 1975 aproximadamente, através da *Folha de S. Paulo*, quando a “distensão” já começava a tomar corpo (TASCHNER, 1992, p. 122).

Um das oportunidades oferecidas pelo mercado em razão do golpe foi a aquisição do jornal Última Hora. Em 1965, Frias e Caldeira compraram o jornal criado por Samuel Wainer, que estava exilado em Paris devido ao golpe. O Grupo Folha, então, tornou parte de seu conglomerado o endividado jornal que havia sido criado exclusivamente para propagar a mensagem getulista e afirmou intenção em manter suas características e linha editoriais voltadas à classe trabalhadora. Assim, por motivos políticos e econômicos, a Última Hora abandona sua posição interlocutora do getulismo para representar apenas um segmento de mercado.

Neste mesmo ano, poucos meses depois, os donos da Folha compraram o jornal Notícias Populares. Criado em 1963, este veículo fez parte da articulação de grupos antivarguistas que apoiaram o golpe de 1964 e surgiu para se contrapor à Última Hora. Após o início do regime militar, o objetivo político deste veículo estava cumprido, dívidas se acumulavam e seu dono o vendeu aos proprietários das Folhas.

Através de uma estratégia de expansão, estes dois empresários passaram a contar com três jornais em São Paulo, se aproveitando de empresas em má situação financeira. Frias e Caldeira, formando um conglomerado de jornais, conseguiram operar numa escala muito mais alta do que qualquer um deles isoladamente. Esta nova direção investiu na

ampliação de seus mercados, nas instalações físicas, relançaram a Folha da Tarde e criaram o jornal Cidade de Santos. É importante considerar, no entanto, a capacidade em utilizar a conjuntura política e econômica a seu favor.

Taschner (1992, p. 159) destaca este aspecto da gestão Frias e Caldeira nos anos 1960: ponderaram o contexto político e econômico na estratégia de seus produtos jornalísticos e na definição de prioridades em cada momento.

na crise de início dos anos 60, Frias e Caldeira formaram o conglomerado; no período de aceleração econômica, dos incentivos do governo e da escalada de autoritarismo investiram mais na renovação de equipamentos; na “abertura” voltaram-se mais para as redações; na recessão do início dos anos 80 começaram a cuidar melhor do *marketing* e da publicidade, e assim por diante (TASCHNER, 1992, p. 159).

Houve desde os anos 1960 e início da década de 1980 uma série de inovações tecnológicas nas Folhas, ligadas aos processos de composição, impressão e distribuição dos jornais, que puderam ser implementadas aproveitando oportunidades oferecidas pelo contexto político e econômico daqueles anos.

Segundo Mota e Capelato (1981, p. 201), as primeiras impressoras offset foram compradas com financiamento da Agency for International Development (USAID). Esta agência era encarregada de distribuir a ajuda externa dos Estados Unidos, diretamente ou através de subsidiárias, cooperando com outros países nas áreas de economia, agricultura, política, entre outras.

Convém contextualizar este financiamento de uma agência ligada ao Departamento de Estado americano ao Grupo Folha no âmbito da Guerra Fria. Depois da final da segunda Guerra Mundial, sucedem-se revoluções socialistas na China, Coreia e, no final dos anos 1950, em Cuba.

Estes acontecimentos ilustram o cenário de disputa entre o polo capitalista e socialista da segunda metade do século XX, e dado o triunfo dos revolucionários em Cuba, o aporte estadunidense ao Brasil não se limitou ao apoio ao Golpe de 1964, mas posteriormente o alinhamento brasileiro aos Estados Unidos e o estreitamento das relações entre os países. As Folhas se beneficiaram do contexto político brasileiro e, além disso, da conjuntura da Guerra Fria.

Existem relatos de que a Folha colaborou com os agentes da repressão encarregados de prisões e torturas. O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) trouxe esse apontamento nominal no seu volume 3. Segundo o documento, a Folha de S. Paulo colaborou com o governo ditatorial: “os agentes de repressão colocaram na rua um jipe do Exército aparentemente com problemas e, à volta dele, em um caminhão baú do jornal Folha de S. Paulo estavam escondidos os agentes do DOI-CODI/SP portando metralhadoras” (DIAS, CAVALCANTI FILHO, KEHL, PINHEIRO, DALLARO; CUNHA, 2014, p. 735).

Para a Folha de S. Paulo, 1964 foi celebrado como um acontecimento positivo, narrado como “Revolução”. Meneses (2013, p. 44) afirma ao analisar a posição da Folha durante o golpe que “o acontecimento é celebrado de forma efusiva pelo jornal, como tendo sido o evento marcante que recolocou o País no “rumo” certo”.

Como falamos anteriormente, a Folha de S. Paulo adaptou-se aos diferentes momentos políticos dentro do regime militar. Apoiou o golpe como toda a grande imprensa, cobriu as manifestações estudantis de 1968 até que iniciasse a luta armada e, em função de dívidas, estava atrelada ao regime e evitou conflitos com ele. Percebendo os indicativos de distensão do regime e também o fim de suas dívidas, o jornal abandonou a autocensura dos anos 1960 e buscou reformular sua linha editorial.

Quando no governo Geisel começa a se esboçar o projeto de distensão, o principal proprietário das Folhas é consultado. O general Golbery do Couto e Silva reuniu-se com empresários para discutir o apoio da imprensa ao projeto e entre eles atava Octávio Frias de Oliveira. Acerca destes desdobramentos, Taschner (1992, p. 120) comenta que a censura prévia à imprensa havia sido suspensa e, praticamente sem dívidas, as Folhas começaram uma política de “avanços e recuos” e assumiram uma postura mais crítica ao governo militar.

A mudança de postura do jornal o fez defender um capitalismo mais moderno e a redemocratização do regime político, primeiro de forma mais discreta e depois mais ousada. De 1974-75 em diante a Folha de S. Paulo caminhou para a esquerda e em certos momentos chegou a colocar-se na dianteira dos meios de comunicação de massa na defesa dos movimentos pela redemocratização. Seguindo o princípio oportunista assumido desde o primeiro editorial, o jornal estava atento neste momento político para perceber o rumo dos ventos e tirar proveito deles.

O jornalista Mylton Severiano escreve em seu livro sobre O Estado, jornal rival da Folha, sobre a década que antecedeu a campanha das “Diretas Já!” em 1984. Nestes anos, a Folha chamou intelectuais para colaborar e abriu espaço em suas páginas para movimentos de esquerda e de direita. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso contribuiu para o jornal, que deixou escrever nas suas páginas o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a União Democrática Ruralista (UDR), um à esquerda e outro à direita.

No final de 1983 aconteciam movimentos políticos diversos como a luta pela anistia, Movimento contra a Carestia, Salve a Nicarágua e, mais importante, o primeiro comício pelas eleições diretas organizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Atenta a este momento, a Folha abraçou a campanha pelas Diretas Já e passou a ser o jornal da abertura política e da redemocratização, movimentos que vinham sendo ensaiados há alguns anos.

Mylton Severiano registra o momento em que a Folha se converteu o grande jornal do país, superando o Estadão em prestígio político entre vastos setores da sociedade: a campanha pelas Diretas Já em meados de 1984. Segundo retrata o autor, de forma audaciosa a Folha “assumiu a campanha e até a cor-símbolo das Diretas Já, no selo que todo dia aparecia no alto da primeira página, o amarelo da nossa bandeira” (SEVERIANO, 2012, p. 202).

Sobre o acolhimento que o processo de abertura política teve pela Folha, Meneses (2013) traz pontuações pertinentes.

A abertura se tornou o grande capital político que possibilitou apresentar o jornal quase como o opositor histórico ao regime, como se não tivesse apoiado o golpe ou talvez como se o tivesse feito tão somente para representar os anseios da população naquele momento, assumindo, assim, condição de mais uma de suas vítimas (MENESES, 2013, p. 61).

A Folha de S. Paulo constitui um exemplo do processo e da imbricação/relação entre imprensa e Estado, não assumida. Sobre este período, Pires (2007, p. 311) afirma que “O prestígio e o crescimento em venda alcançados são resultados da remodelação do projeto editorial da empresa e, sobretudo, da construção de uma autoimagem de jornal realizada a partir da década de 80, que nega a defesa de interesses governamentais pelo Grupo Folha”.

Com a redemocratização brasileira nos anos 1980 e a primeira eleição presidencial, a Folha entrou na última década do último século pautada pela ideologia que predominou naquele momento, o neoliberalismo¹². As privatizações foram defendidas pelo jornal com bastante ênfase e motivo de atrito com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Apoiado pela Folha devido a seu projeto de estabilidade econômica, o governo FHC renunciou a flexibilização do monopólio do petróleo e sofreu críticas da Folha.

O jornal adotou o paradigma neoliberal na década de 1990 e suas cobranças ao governo Fernando Henrique foram baseadas na diminuição do tamanho do Estado, dos gastos públicos, com a austeridade. Quando reeleito em 1998 e novamente com maioria no Congresso, a Folha afirmou que o relacionamento entre Fernando Henrique e os parlamentares deveria se basear pelo “compromisso de uma vez por todas incontornável com a austeridade (Carvalho, 2006, p. 120).

A maneira com que o jornal se portou ideologicamente na segunda metade desta década está refletido em suas preocupações sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso. A Folha, apesar das críticas, cultivou seu apreço pelos políticos tucanos e intelectuais paulistas ligados ao partido. Tendo encontrado um grupo político que o representasse ideologicamente, tentou mantê-lo no que acreditava ser o caminho correto, o do Consenso de Washington¹³.

Neste contexto descrito acima, a Folha observava o país caminhar rumo a modernização sob a liderança de um partido com o qual mantinha identificação ideológica e, além disso, um partido paulista. Contudo, se contrapondo a este desenvolvimento estava o PFL, Partido da Frente Liberal, principal força de sustentação do governo e identificado pela Folha como representação das velhas políticas oligárquicas.

Esta conjuntura demonstra o receio do jornal com o governo e sua rendição a política do PFL, sua maior base de apoio. Mesmo tendo avançado rumo a austeridade,

¹² O neoliberalismo é compreendido por Octavio Ianni como a liberação crescente e generalizada das atividades econômicas. Segundo o sociólogo “funda-se no reconhecimento da primazia das liberdades relativas às atividades econômicas como pré-requisito e fundamento da organização e funcionamento das mais diversas formas de sociabilidade, compreendendo não só as empresas, corporações e conglomerados, mas também as mais diferentes instituições sociais” (Ianni, 1998, p. 28).

¹³ O Consenso de Washington consiste em um plano de ajustamento das economias de países periféricos e uma estratégia de homogeneização das políticas econômicas baseadas em um programa de estabilização e reforma econômica que envolve superávit fiscal, liberação financeira, desregulação dos mercados e privatização de empresas estatais (Fiori, 1995, p. 4).

resistiam na política brasileira dinâmicas consideradas pela Folha contrárias à modernização. Carvalho (2006) relata o incômodo do jornal com estes entraves:

Na análise dos oito anos do governo, através dos editoriais do jornal paulista, é possível identificar nos diversos momentos de embate político em que o PFL foi duramente criticado por suas posturas de “fisiologismo”, “oportunismo” e a representação de um atraso na política brasileira (CARVALHO, 2006, p. 122).

O jornal paulista começou a viver dias em que seus interesses e aspirações ideológicas fossem representados por políticos legitimamente eleitos, não precisando recorrer ao golpismo como trinta anos antes. Contudo, persistia na política brasileira a força de políticos considerados pela Folha “coronéis”, como o baiano Antônio Carlos Magalhães.

Estas considerações são necessárias porque as simpatias e antipatias do jornal dizem muito sobre onde se localiza ideologicamente. Políticos ligados de alguma maneira – não necessariamente de esquerda – às classes populares foram considerados populistas. Há uma década o mais importante jornal do país, a Folha acredita ser a política para quadros tecnocratas, avessa às mudanças aspiradas pelas classes populares. Assim, além de ACM, políticos como Lula e Brizola representavam o atraso na concepção de Estado moderno. Considerados populistas, eram contrários às privatizações e à abertura da economia brasileira a produtos e capitais estrangeiros.

A linha ideológica da Folha a partir de 2003 se manteve a mesma dos anos anteriores, sendo a principal mudança que se iniciava período em que o jornal faria oposição ao governo. Com histórico de opiniões negativas em relação ao petismo desde sua primeira participação em eleições presidenciais em 1989, os governos petistas viram o jornal atualizar seu enquadramento sobre o partido, antes crítico ao esquerdismo definido como radical e populista.

Azevedo (2018) delinea a mudança no tratamento com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e seu partido, em relação ao período anterior em que a sigla e seu líder não ocupam a direção do Estado. Antes de cunho ideológico, a crítica tornava-se moral.

Com o PT no governo e depois da eclosão do escândalo do mensalão, o pacote interpretativo dominante passa a ser o de uma organização corrupta que se utiliza de meios ilícitos para manter o seu projeto de poder, embora *framing* anterior de um partido populista seja ainda ocasionalmente acionado (AZEVEDO, 2018, p. 17).

O Jornal fez oposição ao governo do PT assim como aos governos de centro-esquerda das décadas de 1950 e 1960, enquadrando-os como radicais e corruptos, opondo-se desde aquele período às ideias nacionalistas de esquerda e estatistas. Assim, após os comunistas e nacionalistas serem os adversários ideológicos dos meados do século, ao final dele ocuparam este posto o trabalhismo e o petismo.

A Folha se manteve como oposição aos governos do Partido dos Trabalhadores, apoiando quem tivesse chance de derrota-los nas eleições presidenciais, e quando possível operou para alijar a sigla do poder, apoiando o impeachment da presidente Dilma Rousseff – em seu segundo mandato – e defendendo a saída pela renúncia e a convocação de novas eleições.

Durante o governo Bolsonaro, a Folha travou embates com o presidente devido a ataques feitos pelo jornal às irregularidades e esquemas de corrupção envolvendo seu governo. Bolsonaro disse que a Folha propagava fake news e discursos enviesados, e afirmou que “por si só esse jornal se acabou. Não tem prestígio mais nenhum”¹⁴. Para a Folha, seria melhor se Bolsonaro se “acostumasse com o fato”, já que o jornal, com uma reputação “decantada ao longo de décadas de fidelidade ao cânone do jornalismo profissional”, não iria deixar de “escrutinar o exercício do poder” só porque seus meros “detentores de turno resolveram adotar a tática da intimidação”¹⁵.

Mesquita (2021, p. 56) estudou a abordagem da Folha sobre o governo Bolsonaro nos três primeiros meses de mandato e chegou à conclusão de que não houve período de trégua ou apaziguamento entre os dois atores. O assunto em que o jornal e o governo não

¹⁴ Ver em: FOLHA DE S. PAULO. Esse jornal se acabou, diz Bolsonaro ao Jornal Nacional sobre a Folha. 29 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/esse-jornal-se-acabou-diz-bolsonaro-ao-jornal-nacional-sobre-a-folha.shtml>>. Acesso em: 3 de setembro de 2023.

¹⁵ Ver em: FOLHA DE S. PAULO. Acostume-se. 31 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2018/10/acostume-se.shtml>>. Acesso em: 3 de setembro de 2023.

encontravam discordâncias naquele período foi a pauta econômica, que estava em alinhamento à política liberal do veículo.

Rebouças (2022) estudou o tratamento que a Folha deu ao presidente Bolsonaro em seu mandato e sua classificação como populista pelo jornal. Segundo a autora, foram consideradas atitudes populistas do governante brasileiro o patrulhamento de professores, a confusão deliberada entre o uso recreativo e medicinal do uso da maconha e a interferência no preço do diesel (Rebouças, 2022, p. 135). O jornal o considerou como retrato de uma era populista, o colocando na mesma prateleira de outros líderes de direita como Donald Trump, Boris Johnson, Viktor Órban e Rodrigo Duterte.

Ainda segundo Rebouças (2022), a Folha associou o estilo pessoal e político de Bolsonaro ao populismo, comparando- até com seu adversário Lula, apontando que ambos adotam “um discurso de “satanização” de seus oponentes como modo de “inflamar” seus militantes, que aderem a comportamentos agressivos e autoritários contra a imprensa e que, em suas estratégias políticas, vivem de “vilões a combater”” (Rebouças, 2022, p. 136).

O conflito entre o jornal e o presidente era tamanho que Bolsonaro chegou a afirmar em entrevista que “Toda a fonte do mal é a Folha de São Paulo”¹⁶. A Folha havia publicado há época furos jornalísticos relacionados ao presidente. Entre as notícias publicadas estão a revelação de que Bolsonaro mantinha uma funcionária-fantasma¹⁷, o divórcio polêmico com Ana Cristina Siqueira Valle¹⁸ e o esquema ilegal de disparos de mensagens por WhatsApp¹⁹.

Os embates entre o chefe do executivo e o jornal paulista vem deste antes do início do mandato que durou de 2019 a 2022. Na primeira entrevista coletiva como presidente

¹⁶ Ver em: FOLHA DE S. PAULO. Bolsonaro diz que Folha é 'toda a fonte do mal' na imprensa. 27 de março de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/bolsonaro-diz-que-folha-e-toda-a-fonte-do-mal-na-imprensa.shtml>>. Acesso em: 2 de setembro de 2023.

¹⁷ Ver em: FOLHA DE S. PAULO. Bolsonaro emprega servidora fantasma que vende açaí em Angra. 11 de janeiro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1949719-bolsonaro-emprega-servidora-fantasma-que-vende-acai-em-angra.shtml>>. Acesso em: 4 de setembro de 2023.

¹⁸ Ver em: FOLHA DE S. PAULO. Ex-mulher acusou Bolsonaro de furto de cofre e agressividade. 28 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/ex-mulher-acusou-bolsonaro-de-furto-de-cofre-e-agressividade.shtml>>. Acesso em: 2 de agosto de 2023.

¹⁹ Ver em: FOLHA DE S. PAULO. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. 18 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>. Acesso em: 3 de setembro de 2023.

eleito, Bolsonaro barrou a Folha²⁰ e, posteriormente, excluiu o veículo de um edital para renovar as assinaturas de jornais e revistas na administração federal²¹. No início do segundo ano de governo, insultou uma jornalista da Folha com ironias de insinuação sexual²².

Um processo iniciado no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 começou a discutir a participação da imprensa no regime militar. Discussões públicas em diversos espaços e produções acadêmicas trouxeram ao debate pontos controversos sobre a memória das Folhas naquele período. Alguns exemplos são os trabalhos “Censura, Imprensa e Estado Autoritário” de Maria Aparecida de Aquino em 1999 e, em 2000 “Um Acordo Forçado” de Anne-Marie Smith. Em 2004, a publicação de “Cães de Guarda: jornalistas e censores” de Beatriz Kushnir, que detalha as relações da Folha da Tarde com o regime militar.

Meneses (2013) analisou a narrativa da Folha durante o golpe militar e observou a mudança de postura do jornal em relação ao período autoritário, outrora visto como uma intervenção necessária. A autora pontua que “A tomada do poder pelos militares passou de “revolução de 1964” para “movimento de 1964” e, finalmente, para “regime autoritário”, em fins dos anos de 1980 (Meneses, 2013, p. 58).

Por conta destas ameaças a sua autoimagem, a direção da Folha preocupou-se com este assunto e demonstrou querer retomar sua memória. Esta preocupação resultou na publicação de um caderno especial em 19 de fevereiro de 2001. Nesta data, foram comemorados os 80 anos do jornal com festas, debates e exposições que enalteciam o crescimento em circulação.

Apontada como colaboradora do regime militar, a Folha se dependeu através desta publicação sobre sua história. O maior argumento a favor de sua autoimagem democrática

²⁰ Ver em: FOLHA DE S. PAULO. Bolsonaro barra Folha e outros jornais em primeira entrevista coletiva como presidente eleito. 1º de novembro de 2018. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/bolsonaro-barra-folha-e-outros-jornais-em-primeira-entrevista-coletiva-como-presidente-eleito.shtml>>. Acesso em: 3 de setembro de 2023.

²¹ Ver em: O GLOBO. Bolsonaro exclui 'Folha de S. Paulo' de licitação de periódicos para o governo federal. 28 de novembro de 2019. Disponível em:<<https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-exclui-folha-de-paulo-de-licitacao-de-periodicos-para-governo-federal-24107237>>. Acesso em: 4 de setembro de 2023.

²² Ver em: EL PAÍS BRASIL. Jair Bolsonaro retoma credencial machista com insinuação sexual contra jornalista. 18 de fevereiro de 2020. Disponível em:<<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-18/jair-bolsonaro-retoma-credencial-machista-com-insinuacao-sexual-contrajornalista.html>>. Acesso em: 3 de setembro de 2023.

e usado repetidas vezes, o papel desempenhado durante a Campanha das Diretas Já não faltou nesta ocasião, estando presente no caderno “Tudo sobre a Folha”. Alguns exemplos de matérias neste sentido são “Folha apoiou o regime de 64, mas se engajou na redemocratização nos anos 70”²³ de Mário Magalhães e “Apoio a diretas amplia peso político do jornal”²⁴ de André Singer.

As memórias e esquecimentos voltaram a atormentar a Folha em 2007 quando faleceu Octávio Frias de Oliveira, dono do jornal desde a década de 1960 e figura responsável pelas manobras da empresa durante o regime militar e no seu final. Nem todas as lembranças de sua morte enfatizaram suas características democráticas e seu pioneirismo. No dia 07 de maio de 2007, o jornalista Edgar Olímpio de Souza, publicou na “Revista Meio & Mensagem” o texto “Nem tão liberal assim”:

O liberal Frias teve, de fato, uma história controversa em suas posições políticas. Logo ao comprar a ‘Folha’, teria feito do jornal um instrumento a serviço da conspiração golpista. Estampava manchetes sensacionalistas contra o ‘perigo comunista’ e assinava editoriais contra ‘a corrupção e a subversão’. Na fase mais aguda da ditadura militar, por exemplo, a ‘Folha da Tarde’, também do grupo, divulgava a morte de terroristas em emboscadas policiais quando estes ainda estavam na prisão (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2007)²⁵.

Atualmente, a Folha de S. Paulo tem adotado o slogan “Apoie a democracia. Assine a Folha”, mesmo tendo sido protagonista na desestabilização do governo do presidente João Goulart, deposto pela tomada de poder pelos militares em 1964. O jornal ofereceu ainda, em junho de 2020, um curso intitulado “O que foi a ditadura? — A árdua reconquista da democracia — 35 anos”²⁶ ministrado pelo jornalista e Oscar Pilagallo. Meneses (2014, p. 231) aponta que a Folha de S. Paulo constrói um “bem articulado

²³ Ver em: FOLHA DE S. PAULO. Militares ameaçam suspender circulação. 22 de setembro de 1971. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02.shtml>. Acesso em: 3 de setembro de 2023.

²⁴ Ver em: FOLHA DE S. PAULO. Apoio a diretas amplia peso político do jornal. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-03.shtml>. Acesso em: 5 de setembro de 2023.

²⁵ Ver em: OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Redação do Meio & Mensagem faz greve. 8 de maio de 2007. Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/redacao-do-meio-mensagem-faz-greve/>>. Acesso em: 10 de setembro de 2023.

²⁶ Ver em: FOLHA DE S. PAULO. Folha oferece curso gratuito sobre a ditadura em 4 aulas online com Oscar Pilagallo. 25 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/folha-oferece-curso-gratuito-sobre-a-ditadura-em-4-aulas-online-com-oscar-pilagallo.shtml>>. Acesso em: 7 de setembro de 2023.

projeto de ressignificação da memória e uma enganosa operação do esquecimento programado sobre sua conduta de apoio e alinhamento com os governantes militares durante quase todo o período em que esses permaneceram no poder”.

1.2 – A história do jornal O Estado de S. Paulo

A história d'O Estado de S. Paulo começou no último quarto do século XIX em anos agitados que antecederam a mudança do regime monárquico ao republicano. Lançado por republicanos e orientado a fazer propaganda destas ideias, o jornal iniciou sua trajetória em janeiro de 1875 como A Província de São Paulo – mudaria de nome mais tarde, quando as Províncias passaram a chamar-se Estados devido à proclamação da República. Entre seus donos estavam ao todo 21 sócios comanditários, sendo dez fazendeiros de café.

No Brasil que já apresentava sinais do progresso capitalista, particularmente em São Paulo com os “barões do café”, surge A Província como veículo antimonarquista, antiescravagista e anticlerical. Para melhor demonstrar a linha ideológica deste jornal vamos demarcar o ano de 1897, quando passa a ser um dos sócios o primeiro de muitos homens da família Mesquita, hoje ainda dona do Estadão. No intervalo de poucos anos, Francisco Ferreira Mesquita torna-se sócio do jornal e nos primeiros anos do século XX o único dono.

O jornal sob o domínio da família Mesquita tem sua história marcada por tomadas de posição e tentativas de obter o poder pelo voto e pelas armas, como afirma Mylton Severiano (2012) em sua biografia d'O Estado. Nesta empreitada política, a coleção de derrotas começa no início de século, nas disputas presidenciais da República Velha:

A primeira grande cartada, em 1909, recebe o nome de Campanha Civilista. Civilismo porque, ao candidato militar Hermes da Fonseca, opõe-se o civil Ruy Barbosa. E o *Estado* aposta no civil, líder da corrente que acredita numa tese um tanto ingênua: basta copiar as leis e instituições norte-americanas e o Brasil logo alcançará o mesmo progresso dos Estados Unidos (SEVERIANO, 2012, p. 27).

Quando das greves de trabalhadores paulistas, paralisações das fábricas e bondes em 1919, a posição do Estadão foi reacionária. Acusou a greve de política e revolucionária, chamando o movimento de maquinação de anarquistas sem pátria, em alusão aos imigrantes italianos. Três anos mais tarde, quando acontece a Semana de Arte Moderna, reage chamando de “bárbaros” os artistas que se apresentaram no Teatro Municipal, estando entre eles Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Villa-Lobos, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral.

Na movimentada década de 1930, o jornal condicionou seu apoio nas eleições presidenciais ao candidato que empunhar a bandeira do voto secreto e não encontrou apelo entre os postulantes. Concluídas as eleições e a tomada de poder pelo derrotado Getúlio Vargas, o Estado defende em suas páginas a nomeação de interventores federais que respeitem a autonomia de São Paulo e antagonizam com os tenentistas, estes contrários à maior autonomia do estado. Embora não possam ser classificados como revolucionários, os tenentistas significavam um risco ao país de acordo com a linha ideológica do jornal.

Ao analisar a história do jornal, Mylton Severiano definiu sua ideologia como “um conservadorismo que reage a tudo o que tenha o menor cheiro de novidade, de revolucionário” (SEVERIANO, 2012, p. 28). Esta postura reacionária e também regionalista é presente nas tomadas de posição d’O Estado em diversos momentos, como se pode ver:

O *Estadão* diz que os espíritos estão intranquilos e denuncia por quê: os tenentes são comunistas! Os tenentes, sim, que defendem ideias subversivas, como direito de greve, salário-mínimo, salário-família, seguro social, participação dos operários nos lucros das empresas... (SEVERIANO, 2012, p. 38).

Insatisfeitos com a política getulista para o Estado de São Paulo e com medo de mudanças estruturais, os Mesquitas articularam contrarrevolução, a fracassada Revolução Constitucionalista de 1932. Este movimento visava derrubar o governo devido ao adiamento da constituinte prometida por Getúlio ao tomar o poder.

Chamando à luta armada, o Estadão apoia o movimento que carrega na bandeira o lema “Pela reconstitucionalização do País e pela autonomia de São Paulo”. Aqui, é

importante pontuar que o jornal está a serviço de seus donos, a família Mesquita, e quando esta conspira, as páginas do jornal e até sua estrutura física estão a serviço de tais conspirações.

Derrotada a revolução encampada pelo jornal, ele foi suspenso, seus donos estiveram entre os presos e também foram exilados. Mais tarde, depois da constituinte realizada em 1934, o jornal esteve mais uma vez empenhado em participar da tomada de poder. A ditadura do Estado Novo começa em 1937 e os donos d'O Estado são apontados como parte de uma conspiração, presos e exilados em 1938.

A ideologia que anima este jornal é a da família que o possui majoritariamente desde o início do século XX e, apesar das diferentes gerações, é possível perceber certa regularidade de pensamento. Na época em que os Mesquitas “perderam a cabeça, nas paixões que a sede pelo poder desperta” (SEVERIANO, 2012, p. 51), o jornal prestava-se mais do que nas décadas anteriores a um instrumento de intervenção no debate político e na ascensão de sua ideologia ao poder de estado.

O Estado de S. Paulo sempre foi um jornal liberal que passou a defender as posições mais reacionárias a qualquer sinal de abalo nas estruturas básicas da sociedade. Contra a ditadura, aceitava e acolhia os interventores do seu grado indicados para governar São Paulo.

Conspirando contra Getúlio, o jornal e seus donos adentram a década de 1940 envoltos em acusações de estarem organizando um levante armado. A estes acontecimentos corresponde a definição ideológica segundo a qual os donos do Estadão “engajados na política, não hesitarão em pegar em armas para atingir seus objetivos, e falam por um jornal” (SEVERIANO, 2012, p. 52).

Em 1940 o jornal é fechado e, com seus donos no exílio, foi iniciado um período de cinco anos em que a família Mesquita não o dirigiu. Os anos 1940-45 não são considerados pelo Estadão como parte de sua história, considerados tempo sob intervenção da ditadura. Nesta intervenção, porém, a Sociedade Anônima O Estado foi comprada dos Mesquitas em 1942 pela Fazenda Estadual de São Paulo e vendida de volta em 1945.

A família Mesquita alegou ter feito este negócio sob pressão da ditadura, mas o contexto que cercava o jornal era de dívidas contraídas pela sua utilização como

organizador das conspirações contra o governo Vargas. Nos cinco anos em que estivera sob intervenção de um governante considerado inimigo político, o jornal melhorou de condição. É o que relata Mylton Severiano: “Não era mais centro político de agitação ou de conspiração armada, mas uma empresa jornalística como outra de sua época. E, ao transformar-se em empresa estatal, vamos lá, terá facilidades para sair do *vermelho* e passar a dar lucro” (SEVERIANO, 2012, p. 91).

No pós-guerra, os Mesquitas colocaram o Estadão a serviço da União Democrática Nacional (UDN), partido de extrema direita que se opunha a Getúlio Vargas. A primeira disputa eleitoral sob este cenário foi de mais uma derrota para os apoiados do Estado de São Paulo: o brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, foi superado pelo general Eurico Gaspar Dutra para a presidência em 1946, do Partido Social Democrático e apoiado por Getúlio.

O jornal parece encontrar na UDN e em sua ideologia antigetulista, antinacional e americanista um ator político capaz de leva-los ao poder e opor-se às bandeiras do período getulista como a legislação trabalhista, lei antitruste, voto feminino e entre a mais importante, a criação e protagonismo de empresas brasileiras como a Petrobrás.

Em 1950 o jornal apoia novamente o candidato da UDN, de novo Eduardo Gomes, desta vez derrotado diretamente por Getúlio, última eleição sob a marchinha “Retrato do velho”. Como veremos, com o suicídio de Getúlio, não morreu a ideologia antigetulista do Estadão, que foi se moldando aos herdeiros políticos do falecido adversário político.

Nas eleições presidenciais de 1955, os Mesquitas e seu jornal apoiaram o candidato militar Juarez Távora, derrotado por Juscelino Kubitschek. Depois da eleição, os apadrinhados do Estadão tentaram de forma fracassada impedir a posse de JK, no que se percebe a insistência e aumento das tentativas golpistas durante os meados desta década e início da próxima.

As aspirações ideológicas d’O Estado caminharam para a convergência de ideias do udenismo. Morto Getúlio, os antigetulistas da família Mesquita voltaram seu discurso contra a “corrupção” dos partidos ligados ao ex-presidente, PTB e PSD e posteriormente no combate a “subversão comunista”. Neste período, passados os cinquenta primeiros anos de vida do jornal entre muitas conspirações, acredito ser possível afirmar que tenha alcançado seu amadurecimento ideológico, isto é, dotou-se de um *modus operante* firme que mantém sua constância até os dias de hoje.

Este amadurecimento trata-se do que pode ser chamado de “liberal à Mesquita”. Formado nas classes médias, revolta-se com as escolhas eleitorais do povo e chama-o de burro. Defensores do regime democrático, apelam a contestação do resultado das urnas em nome do liberalismo. Esta posição guarda com ressalvas a ideia liberal segundo a qual a democracia precisa ser resguardada do povo, que deve ser tutelada, evitando que por vias democráticas se façam “escolhas ruins”. Sintetizando, o apadrinhado do jornal e udenista Carlos Lacerda defendia o golpe para evitar o golpe pela via eleitoral.

Benevides (1981) estudou a história da UDN e, inevitavelmente, também o liberalismo expressado pelo jornal da família Mesquita. A autora confirma o que se pode perceber como característica do “liberal à Mesquita” e também do liberalismo brasileiro em diversos momentos da história do país: a negação do direito de inserção na política aos extratos sociais menos abastados, a valorização das elites pretensamente cultas, entre outras particularidades deste pensamento:

O Estado de São Paulo, além da tradição antigetulista, expressa aquilo que poderia significar o liberalismo restrito aos bacharéis paulistas. Os editoriais refletiam, com aguda frequência, algumas posições presentes na retórica udenista: a denúncia da irresistível tendência das massas para a ‘pulha’, /.../ a defesa dos proprietários rurais, /.../ a condenação da hegemonia estatal na economia, a defesa da intervenção ‘salvadora’ das Forças Armadas, e aí, a conjugação com as teses lacerdistas e golpistas dos estados de exceção, e a ambígua representação das aspirações das classes médias na mitificação de seus temores de proletarização (BENEVIDES, 1981, p. 237).

Sob estas intenções, O Estado de S. Paulo é um jornal que se propôs a todos os esforços a ter as rédeas da situação política em que estava inserido. E só sobre esta perspectiva justifica-se a maleabilidade das regras democráticas defendidas pelos donos do jornal e as correntes ideológicas que deram guarita. É neste sentido que o jornal apoia a tentativa de imposição do parlamentarismo quando João Goulart assume a presidência:

Quando Jango convocou a nação para um plebiscito a 6 de janeiro de 1963, os Mesquitas defenderam com unhas e tridentes o parlamentarismo, “pela democracia aperfeiçoada”. Mas a nação disse *não* ao regime esquisito para nosso paladar político, manifestando-se a favor do presidencialismo em proporção de 9 para 1. Jango não governaria 15 meses mais. A conspiração, mais uma de que os Mesquitas participavam, estava em marcha (SEVERIANO, 2012, p. 132).

O contexto político no qual se envolvia a conspiração da vez pelos Mesquitas também contava com os desdobramentos das influências da União Soviética e dos Estados Unidos. Dito isto, o poder tomado pelos revolucionários em Cuba no final dos anos 1960 foi um argumento para a defesa do país das ideologias consideradas subversivas pelos donos do jornal.

Falando a jornalistas americanos antes do golpe militar brasileiro acontecer, Doutor Julinho, principal dono do Estadão, afirmou o temor do país transformar-se num bastião comunista e acreditar na substituição do governo Jango por um mais forte (SEVERIANO, 2012, p. 135). O jornal acreditava no golpe para “arrumar a casa” e nas eleições de 1965 eleger um civil, provavelmente o apadrinhado Carlos Lacerda.

A oposição do Estadão à figura de Jânio Quadros foi pautada pelas inovações no campo da política externa. Durante a Guerra Fria, o presidente lançou a Política Externa Independente, que baseava as ações do Brasil no cenário internacional nos princípios de autonomia e universalização. Esta política ressaltou a importância em manter certa independência de comportamento em relação aos Estados Unidos e, refletindo um aprofundamento da política nacionalista de Vargas e Kubitschek (SOUZA, 2018, p. 370), foi percebida como adesão ao modelo antiamericanista de projeção internacional.

Estas movimentações deram-se em momento de acirramento das tendências políticas internas, fazendo com que assuntos relacionados a inserção internacional do Brasil obtivessem mais atenção dos meios de comunicação. Segundo Souza (2018, p. 374), deve-se também a constatação de que a Política Externa Independente coincidia com a política desenvolvimentista defendida internamente.

Souza (2018) realizou uma pesquisa para analisar a posição do Estadão e da Folha de S. Paulo frente a episódios da ação internacional do Brasil entre o Governo Jânio e o Golpe Militar de 1964 propensos a despertar discussões na Grande Imprensa. Foram analisados a condecoração de Che Guevara (1961), a participação do Brasil como Estado

observador na I Conferência de Países Não Alinhados (1961), o reatamento de relações com a União Soviética (1961), a postura brasileira na Conferência de Punta del Este (1962), a visita de João Goulart aos Estados Unidos (1962); o discurso de Araújo Castro na abertura da Assembleia Geral da ONU (1963) e a visita do General Tito ao Brasil (1963).

Segundo esta análise, que consistiu em verificar os editoriais de 10 dias após os eventos e, por vezes, também dez dias que antecederam, O Estado de S. Paulo atacou a política externa lançada por Jânio Quadros em vinte e um editoriais, argumentando que esta priorizava apoiar países comunistas (Souza, 2018, p. 378). A condecoração de Che Guevara com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul em sua visita ao Brasil, quando foi recebido pelo presidente Jânio Quadros, foi considerada naquele contexto histórico e político uma ação ofensiva aos valores do bloco ocidental e um endosso à comunistas e nacionalistas pelo jornal da família Mesquita.

O Estado de S. Paulo considerou as ações de amizade e diplomáticas para com países socialistas um ato de permissividade com os comunistas brasileiros e suas atividades “subversivas”. Já neste período, o jornal sugeria a necessidade de intervenção militar. No editorial “Diplomacia?”, os Mesquitas escrevem:

Porque só a outro Deodoro ou a outro Floriano caberá a missão de evitar que um levante no Nordeste ou alhures, enquadrado por organizações comunistas, em franca atividade no País, reedite no nosso território a façanha de Fidel Castro nas montanhas de Cuba.²⁷

Quando do reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, O Estado identificou nesta manobra uma tentativa soviética de atacar as bases do ocidentalismo e da democracia, alertando até para os perigos espirituais e morais. No editorial “O Brasil e a Rússia bolchevista”, o jornal declara:

²⁷ “Diplomacia?”. O Estado de S. Paulo, 20.08.1961, p. 3.

O Brasil, ficou provado, não é o que pretende dele fazer a corte dos comunistas e dos desajustados mentais. O Brasil é fundamentalmente cristão e democrático e tem demonstrado a sociedade o que pensa a respeito dos que se arrogam a pretensão de ser os seus verdadeiros intérpretes.²⁸

Durante a Conferência de Punta del Este, evento organizado sob pressão dos Estados Unidos para obter apoio às sanções contra Cuba, a posição brasileira é novamente criticada pelo Estadão. O jornal dedicou oito editoriais a este episódio – atitude não habitual, oferecer este espaço à política externa – e apresentou a linha de atuação brasileira como equivocada, indicando que o Brasil deveria seguir a posição dos Estados Unidos. Uma alegação recorrente era de que a postura brasileira no cenário internacional consistia em estratégia para obter o apoio da extrema esquerda brasileira.

Participando ativamente da conspiração golpista, o jornal teceu a imagem de Goulart como irresponsável e subversivo, alguém que desrespeitava a lei, portanto não merecia o respeito à constituição que o fazia presidente. A quebra da constituição para tirá-lo seria, nesta lógica, justa.

Quando foi necessário, transformou Goulart num promotor de desordem, numa ameaça à Democracia. Quando foi o caso, exigiu maior energia e pulso forte das autoridades. O Golpe Militar se tornou legítimo por derrubar um Governo tido como ilegal. Assumindo o poder, a legitimidade estava assegurada pelo ‘Governo revolucionário’ e não mais pelo formalismo das leis (NETO, 1999, p. 120).

O período em que o país foi governado por quadros ligados ou influenciados pelo nacionalismo foi marcado pelo maniqueísmo e pela polarização política. Estas características marcam os posicionamentos do Estadão no episódio relatado acima, e em outros como a contestação ao monopólio da União sobre a exploração de petróleo. Sobre interpretação do jogo político, Souza (2018, p. 388) sustenta que para O Estado de S. Paulo, enquanto porta-voz do liberalismo econômico, o nacionalismo daria margem à infiltração comunista.

O Estado de S. Paulo esteve à frente na organização do Golpe Militar de 1964, utilizou suas páginas para colocar nas ruas a “Marcha da Família com Deus pela

²⁸ Ver em: O ESTADO DE S. PAULO. O Brasil e a Rússia bolchevista. 25.de novembro de 1961, p. 3.

Liberdade” e sugeriu até medidas para os militares em sua futura chegada ao poder. No ano seguinte ao golpe, quando são dissolvidos os partidos e não há eleição, o jornal inaugura seu rompimento com o regime que ajudou a instaurar. Em 1968, quando criticou veementemente a ditadura em 1968 através do editorial “Instituições em Frangalhos”, o jornal foi apreendido pela Polícia Federal e tornou-se alvo da censura.

Ponto importante na história do Estadão, a campanha pelas Diretas Já foi liderada pelo Partido dos Trabalhadores, que não contava com a simpatia do jornal. Dos maiores jornais, apenas a Folha apoiava. O Estado, contudo, não aderiu às Diretas nem mesmo após a participação de importantes atores políticos da época, como Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso e Leonel Brizola. Manteve-se irredutível mesmo às circunstâncias.

Nas eleições presidenciais de 1989, apoiou a candidatura de Fernando Collor e se opôs a figura de Lula, aquela altura líder sindical e candidato a presidente. Na década da redemocratização, o Estadão encontrou adversário político a altura para substituir os nacionalistas/desenvolvimentistas das décadas anteriores: o PT e Lula foram percebidos pelo jornal como radicais e populistas antes mesmo de vencer eleições, sendo naturalmente antagônicos ao programa neoliberal/privatista ao qual aliava-se O Estado.

Sobre o programa assumido pelo Estadão na década de 1980, cabe destacar os comentários de Nelson Werneck Sodré (1999):

Sua orienta o manteve a tradi o de colocar em seus editoriais uma postura que alia o conservadorismo e políticas liberais. Na década de 1980, assume uma postura neoliberal, em decorrência do contexto internacional vigente, com o fim da Guerra Fria e início da globaliza o (SODRÉ, 1999, p. 226-227).

O jornal apoiou em 1994 e 1998 a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, que derrotou Lula nas duas oportunidades. Desta maneira, se tornou o Estadão identificado com o PSDB, apoiando sucessivamente seus candidatos   presidência.

Mesmo passando por processos de moderniza o, o Estadão manteve traços da metade do século XX. As notícias de tom acusativo, conspirativo e sem fundamentos não apareciam todos os dias, mas vez ou outra era possível encontra-las. Em 1994 o jornal publicou, baseado em documento vazado da Secretaria de Assuntos Estratégicos, matéria

afirmando que Movimento Sem Terra (MST) estava fortemente armado e, apoiado pelo PT, planejava constituir bases guerrilheiras no Pará (Severyano, 2012, p. 230).

O mesmo Estadão publicou em 2010, novamente com base em documento vazado da “inteligência” brasileira, que etnias indígenas pretendiam formar um Estado autônomo em Raposa Terra do Sol, em Roraima (Severyano, 2012, p. 236). A semelhança entre as duas situações consiste em que ambas aconteceram em anos eleitorais, 1994 e 2010, originadas em relatórios de inteligência sem provas que foram vazados ao bravo jornal paulista, talvez por suas características de valer-se de meios conspiratórios noutros tempos.

Capítulo 2 - As relações entre Brasil e China

2.1 – A história da relação diplomática entre Brasil e China

A relação bilateral entre Brasil e China pode ser considerada recente de um ponto de vista histórico. Durante o final do século XIX e primeira metade do século XX, o país asiático esteve envolto em conflitos externos e internos, fator este que dificultou o estreitamento de laços. O Brasil mantinha um consulado em Shangai desde o final do século XIX e, ao final da guerra entre comunistas e nacionalistas em 1949, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a China naquele momento comandada por Mao Zedong e abriu embaixada em Taiwan, onde se refugiaram os derrotados pelos comunistas.

Uma década após este rompimento o Brasil ensaiou um estreitamento de relações com a China com os movimentos feitos pela Política Externa Independente do Presidente Jânio Quadros. O presidente brasileiro via com bons olhos a aproximação com o grupo de países não-desenvolvidos e foi no desenrolar desta política internacional que uma missão comercial brasileira se dirigiu a Pequim em 1961, sob coordenação do vice-presidente João Goulart, o primeiro governante brasileiro a realizar visita oficial ao país.

A Política Externa Brasileira do início dos anos 1960 causou muitos atritos com os setores conservadores e, após o Golpe Militar de 1964, a aproximação sino-brasileira foi interrompida. Sobre a iniciativa do campo desenvolvimentista brasileiro em reestabelecer relações, Oliveira (2004, p. 13) a considera “comprovadamente precoce e de difícil continuidade em decorrência das baixas potencialidades de intercâmbio bilateral”.

No início da década de 1970 o processo de reaproximação entre China e Estados Unidos e o crescimento econômico brasileiro se combinaram como favoráveis a aproximação comercial entre Brasil e China. Como parte deste movimento, a China diminuiu seu apoio aos movimentos revolucionários da América Latina e desenvolveu uma estratégia diplomática que se baseou, entre outras coisas, no princípio da não interferência nos assuntos internos de outros países.

As diplomacias chinesa e brasileira adotaram atitudes que coincidiram durante este período. Enquanto Pequim buscava encerrar seu isolamento e aumentar a

legitimidade internacional através de uma política externa menos ideológica e mais pragmática, a diplomacia brasileira também buscava um tom mais pragmático. O período ainda de tensionamentos da ditadura brasileira, em que o combate ao comunismo estava em voga, interrompeu o início das relações entre os dois países. Coube então ao próximo governante militar o estabelecimento das relações.

Porém, apesar dos esforços de aproximação empregados pelo Brasil frente à China, aspectos ligados à ideologia de segurança nacional e ao combate ao comunismo persistiram na definição dos interesses nacionais brasileiros durante o governo Médici (1969-1974), impedindo, mas por pouco tempo, a oficialização das relações (BECARD, 2011, p. 32).

A partir de 1974, a política externa brasileira ganhou em flexibilidade e pragmatismo com o início do governo Ernesto Geisel (1974-1979). Buscando afirmar autonomia e aumentar seu prestígio no cenário internacional, o Brasil assinou o acordo de reconhecimento diplomático em 1974. Além de parceiro diplomático, o país asiático despertava também interesses comerciais. A China desta década se aproximou dos Estados Unidos e conseguiu em 1971 o assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), adquirindo prestígio que não obtinha antes e repelindo possíveis atritos ideológicos.

A década de 1970 foi quando se iniciou na história do relacionamento sino-brasileiro uma dinâmica de aproximação. Segundo o informativo do Conselho Empresarial Brasil China (CEBC, 2016, p. 14), foram algodão, açúcar e ferro-gusa os produtos que protagonizaram as primeiras trocas comerciais em 1972. No ano seguinte o Brasil se tornou, através da companhia Vale do Rio Doce, o primeiro país do mundo a exportar minério de ferro para a China, venda considerada um marco porque os países ainda não haviam restabelecidos relações diplomáticas.

O estabelecimento das relações diplomáticas aconteceu em 1974 na esteira do comércio bilateral que acabara de nascer. Durante missão comercial do governo chinês do Brasil, os dois países assinaram documento que previa a troca de embaixadas e o reconhecimento do governo brasileiro de que Taiwan era parte da china e não uma região independente (CEBC, 2016, p. 14). Em 1975 foi inaugurada a embaixada do Brasil em Pequim e a embaixada Chinesa em Brasília.

Analisando os primeiros anos da relação bilateral, pode-se dizer que evoluiu lentamente até a assinatura do primeiro acordo comercial entre os países em 1978. Os motivos teriam sido, segundo Becard (2011, p. 33) as distâncias físicas e culturais e o insuficiente conhecimento das realidades nacionais, não sendo os recursos financeiros e o conhecimento mútuos capazes de fomentar a relação.

Na década de 1980, dois presidentes brasileiros visitaram a China no período que pode ser descrito como fechamento de um ciclo e abertura de outro, o estabelecimento formal das relações e o começo da cooperação efetiva. Um militar e outro civil: em 1984 João Figueiredo se tornou o chefe de Governo a visitar a China, e em 1988 José Sarney. Da segunda metade da década em diante, a parceria sino-brasileira mostrou-se mais frutífera, com o país asiático ocupando o posto de segundo maior mercado asiático para exportações brasileiras.

A relação bilateral sino-brasileira deste contexto foi baseada na tentativa de ambos em estreitar laços com nações em desenvolvimento e, em alguns casos, compensar as restrições e dificuldades à aquisição de tecnologia avançada impostas pelos países desenvolvidos. Fez parte deste empreendimento a proposta de construção conjunta de satélites de sensoriamento remoto, conhecido como China-Brazil Earth Resource Satellite (Cbbers), lançado em 1988.

Durante o governo Fernando Collor (1990-1992), o Brasil privilegiou o estreitamento de laços com países desenvolvidos em detrimento de parcerias alternativas como a Chinesa, sob a justificativa de recuperar a credibilidade perdida durante a década anterior, quando o país passou por instabilidade monetária e estagnação econômica. Becard (2011, p. 34) cita como fator prejudicial às relações sino-brasileiras nestes anos os acontecimentos da Tiananmen²⁹, que levou a grandes reações no ocidente. Somou-se isto como potencializador do isolamento chinês o processo de desintegração soviético, quando a China permaneceu como última grande nação governada por um Partido Comunista.

Os laços sino-brasileiros voltaram a estreitar-se durante o governo Itamar Franco, que procurou conciliar a parceria chinesa com as relações mantidas com os países

²⁹ Na ocasião, manifestantes contrários ao governo do Partido Comunista foram repelidos pelas forças do governo em protesto na Praça da Paz Celestial, ou Praça Tiananmen. O incidente aconteceu em 1989 e gerou repercussão bastante negativa para a China no ocidente, que até hoje chama o incidente de “massacre”.

desenvolvidos. Este novo ímpeto na parceria se traduziu na retomada do projeto de construção conjunta dos satélites de sensoriamento remoto, sendo alcançados avanços na produção e fabricação destes satélites sino-brasileiros.

Passados os anos iniciais do fim da Guerra Fria, o Brasil priorizou em sua inserção internacional as relações com países asiáticos. Ainda durante o governo Itamar, a região foi estabelecida como prioridade da diplomacia brasileira em razão do potencial cooperativo nas áreas de ciências e tecnologia (Oliveira, 2004, p. 14). Dando continuidade a postura do governo anterior, o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) citou a Ásia em seu pronunciamento de posse e visitou a China durante o primeiro mandato.

Até esta década, as relações sino-brasileiras se concentraram no campo político-diplomático e conseguiram alcançar maior aproximação comercial com a abertura econômica brasileira e a crescente inserção chinesa nos países da América Latina. No entanto, os dois países tiveram posicionamentos similares no sistema internacional.

Os anos de Governo FHC que antecederam a ascensão ao poder do presidente Lula em 2003 podem ser enxergados como período de gestação da parceria que viria a colher mais frutos no governo do petista. Em 1993, ainda antes da presidência de Fernando Henrique Cardoso, foi cunhado um termo pelo Primeiro Ministro chinês Zhu Rongji para se referir às relações entre seu país e o Brasil a partir daquele período: parceria estratégica.

A partir deste momento, a relação sino-brasileira passou a ser qualificada pela expressão “parceria estratégica”, tendo como principais vertentes dessa cooperação a política, econômico e comercial, e científico-tecnológica. Segundo Dick (2006, p. 43), o reconhecimento mútuo desta parceria deu novo fôlego à relação entre os países, podendo esta proximidade ser conferida na visita do presidente chinês Jiang Zemin ao Brasil, a primeira visita ocupando o cargo de chefe de Estado.

A importância conferida pelos dirigentes chineses ao Brasil pode ser notada no número de visitas que importantes quadros dirigentes do Partido Comunista Chinês ao Brasil. Qiao Shi, presidente da Assembleia Popular Nacional, esteve no Brasil em novembro de 1994, encontrou com Itamar Franco e o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso e ressaltou que cinco dos sete membros da Comissão Permanente do Bureau Político haviam visitado o Brasil em dois anos (Dick, 2006, p. 44).

Durante seu governo, Fernando Henrique Cardoso falou da prioridade atribuída pelo Brasil às relações com a China considerando-os países com algumas condições semelhantes, como por exemplo grande população, extensão territorial, e projeção regional e internacional.

A relação Brasil-China que se desenhava em meados da década de 1990, iniciados os governos de Fernando Henrique Cardoso no Brasil e Jiang Zemin na China, era de nações com aspirações próximas. Ambos almejavam, segundo o presidente brasileiro (Dick, p. 70), colher como frutos da parceria estratégica participar de forma mais competitiva dos fluxos do comércio mundial, e mais importante, maior capacidade de influir na nova ordem mundial.

Após o final da ditadura brasileira na década de 1980, em que as relações sino-brasileiras se mantiveram de maneira esparsa no período de constantes mudanças políticas no país, a década de 1990 representou para a parceria um período de continuidade.

Durante os anos finais do governo Itamar e os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso sucederam visitas à China de representantes do governo brasileiro e visitas do presidente chinês e outras representações da governança chinesa ao Brasil, tentativas contínuas de estreitar vínculos em diversas áreas e realizadas em curto espaço de tempo, diferente da década anterior.

As tentativas de estreitar vínculos em diversas áreas e realizadas em curto espaço de tempo se contrapuseram ao relacionamento descontinuado das décadas anteriores. Cabe notar que, a despeito do governo brasileiro ter uma continuidade de quadros políticos de ideologia semelhante, o país asiático apresentava-se na década de 1990 como parceiro importante, que não deveria ser desprestigiado independente da orientação ideológica dominante do governo brasileiro.

Esses laços resultaram no apoio brasileiro à entrada da China na OMC, que aconteceu em setembro de 2001. Este acontecimento, apesar de não ter resultado em apoio chinês à entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, garantiu a redução de barreiras tarifárias e o maior acesso brasileiro ao mercado chinês. Prova disto foi a exportação da soja brasileira, hoje principal produto de exportação do país e que ganhou proeminência neste período, quando a entrada da China na OMC estimulou o mercado de soja internacional e abriu mais oportunidades à produção brasileira (Dick, 2006, p. 820).

Brasil e China estiveram juntos nos movimentos pela reforma dos mecanismos de cooperação internacional, como a ONU, no período de alterações nas relações de força entre as nações que sucedeu o fim da Guerra Fria. A atuação dos dois países pela reforma da ONU se orientou no sentido de defender a multipolarização do sistema internacional. Sobre as semelhanças de posicionamento na ONU, Dick (2006) afirma:

A atuação do Brasil e da China na ONU, em especial na Assembleia Geral, confirma a proximidade de seus interesses. O Brasil e a China compartilham a identidade de países em desenvolvimento, buscam o crescimento econômico-social e, para tanto, têm de lidar com as assimetrias do sistema e os constrangimentos impostos pelas economias mais desenvolvidas (DICK, 2006, p. 96).

Durante o governo Lula foram aprofundados os movimentos diplomáticos brasileiros e chineses que confirmaram a similaridade de interesses entre estes dois países. A frustração brasileira ante a tentativa fracassada de obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU – esperava-se em certa medida o apoio chinês, que não aconteceu – não interrompeu a continuidade dos laços diplomáticos.

O governo chinês adotou desde a década de 1990 na sua política externa a aproximação, solidariedade e cooperação com países em desenvolvimento, como o Brasil. Dito isto, pode-se considerar que o desenvolvimento destas relações durante a última década do século XX e a primeira do século XXI foi condicionado pela forma como cada governo (Fernando Henrique e Lula) interagiram com a China.

Os entraves ideológicos ocorridos durante o governo Fernando Henrique foram superados na gestão lulista. Um exemplo foi o maior papel do Estado e da política na economia, característica do novo governo, e neste sentido, o maior esforço pelo estreitamento de vínculos com países em desenvolvimento, incentivados pela diplomacia brasileira a partir de 2003.

Estas diretrizes facilitaram o desenvolvimento da relação sino-brasileira no governo Lula, que segundo Dick (2006, p. 171) demonstrou maior vontade política do que seu antecessor em aproveitar as oportunidades de ampliação do comércio bilateral e dos investimentos. Neste período foi possível perceber uma política externa mais ativa e

autônoma, estendendo a parceria sino-brasileira do campo econômico e comercial para o campo político.

Além da ênfase nas relações com países em desenvolvimento, a intensa atividade diplomática do Ministério das Relações Exteriores foi um fator potencializador da parceria entre Brasil e China. Villa (2005, p. 16) destaca que o presidente Lula realizou em mais de dois anos quantidade superior de visitas presidenciais do que Fernando Henrique em oito anos à frente do governo brasileiro.

Durante o governo de Dilma Rousseff, continuaram as iniciativas no sentido de aprofundar as relações bilaterais com a China e aumentar as exportações de *commodities*. Houve continuidade entre os governos petistas também em organismos multilaterais como, por exemplo, o BRICS, agrupamento de países com mercados emergentes que conta com a China.

A primeira viagem que a presidente Dilma realizou para fora da América Latina em seu mandato foi em 2011, foi para participar da III cúpula dos BRICS, sediada na China, quando reforçou a importância atribuída à parceria. Na VI cúpula dos BRICS, em 2014, o presidente chinês Xi Jinping visitou o Brasil. No ano seguinte, o primeiro-ministro chinês Li Keqiang veio ao país, quando foram assinados 35 acordos entre instituições e empresas chinesas e brasileiras em áreas que vão do setor agrícola ao de pesquisa em tecnologia (CEBC, 2016, p. 16).

Berringer e Belasques (2020, p. 169) defendem que, apesar de haver continuidade entre a política externa entre os governos do PT e o aprofundamento das relações com a China na gestão Rousseff, devido à crise econômica internacional e a crise política nacional é que os ganhos obtidos pela parceria no período não mantiveram a constância anterior. Se durante o governo Lula o discurso que fundamentou a aproximação bilateral com a China foi o da diversificação de parcerias, na gestão Rousseff as exportações de produtos com baixo valor agregado e altas importações de manufaturados fizeram o governo brasileiro buscar reciprocidade nesta parceria.

Entre os principais ganhos da parceria no governo Dilma estiveram, no campo multilateral, o apoio chinês às reformas de instituições internacionais e a interlocução entre Brasil e China por meio do BRICS. Estes movimentos reforçaram as ideias do país sobre uma ordem internacional baseadas em noções de democracia e representatividade,

proporcionando a inserção brasileira com mais destaque no cenário externo. Sobre este ponto, Souza (2016) registra que:

As relações Brasil-China fortaleceram o projeto brasileiro de inserção internacional, uma vez que as relações com a China permitiram ao Brasil contestar aspectos da ordem internacional que eram desfavoráveis a inserção internacional brasileira, acrescentando peso as demandas brasileiras e ajudando o Brasil a diminuir sua vulnerabilidade, aumentando a reciprocidade entre as estruturas internacionais de poder e o país (SOUZA, 2016, p. 322-323).

A inserção internacional do Brasil durante o governo de Michel Temer (2016-2018) foi, diferente dos anos anteriores, alinhada aos Estados Unidos e buscou o esvaziamento dos blocos com países em desenvolvimento, refletindo de certa forma no relacionamento sino-brasileiro. Não é possível afirmar que as relações entre os países sofreram abalos, mas a política deixou de ser um tema convergente entre as nações nos mecanismos de discussão multilaterais.

Berringer e Forlini (2018, p. 10) afirmam que os novos direcionamentos da política externa neste governo tiveram reflexos na relação sino-brasileira através do “esvaziamento do conteúdo político dos BRICS, principalmente no que concerne a uma nova estratégia de relação com a China” (2018, p. 10).

O ministro das Relações Exteriores do governo Temer, José Serra, não priorizou os mecanismos de concertação multilateral e era visto como alguém que minimizava a importância dos BRICS e visou reorientar a atuação internacional brasileira aos países desenvolvidos como os Estados Unidos e os países europeus. Desta forma, impedindo a convergência de posicionamentos entre Brasil e China nos fóruns internacionais, que se davam em parte nas questões relacionadas à reforma destes mecanismos e ao empoderamento dos países em desenvolvimento.

Aluysio Nunes, segundo ministro das Relações Exteriores do governo que permaneceu até 2018, encarregou-se de atender as relações com a China devido aos investimentos chineses no Brasil em infraestrutura e aos interesses do agronegócio brasileiro. Este governo concedeu às relações exteriores um aspecto consideravelmente comercial, utilizando dos BRICS para isto.

O presidente Michel Temer aproveitou a IX cúpula dos BRICS, ocorrida em 2017 na China, para apresentar seu plano de privatizações e incentivar grupos chineses a participar destes processos. Iniciativa esta que foi aprovada pelo governo chinês, fortalecendo o peso da China no processo de recuperação econômica brasileira (Busilli, 2019, p. 100). Nestas circunstâncias, apesar da falta de empenho nos fóruns multilaterais, o Brasil continuou a ter a China como importante parceiro com novas motivações.

2.2 - A relação Brasil X China durante o governo Bolsonaro

A relação sino-brasileira durante o governo Bolsonaro foi um reflexo da disputa entre o setor mais ideológico do governo e os interesses do setor agro exportador brasileiro. Tendo privilegiado durante a campanha presidencial as aspirações anticomunistas de sua base, Jair Bolsonaro teve como tema forte neste período as relações exteriores brasileiras e o suposto tratamento privilegiado dado à China pelos governos petistas.

Uma das afrontas de Bolsonaro à China foi a visita a ilha de Taiwan – território autônomo considerado pela China uma província rebelde. A visita feita com os filhos gerou reação da embaixada chinesa em Brasília. No mesmo ano, em 2018, o então presidenciável afirmou que a China estaria tentando ‘comprar o Brasil, e não do Brasil’.

Foi especulado à direita e à esquerda sobre uma redução das relações econômicas Brasil-China após a eleição de Bolsonaro, mas, apesar dos atritos e prejuízos causados pela ala ideológica, estas relações não diminuíram. Pode-se dizer que após a posse, Bolsonaro alterou sua política em relação à China devido às pressões do grande capital brasileiro do setor primário-exportador, sendo tutelado por estes setores que dão sustentáculo ao governo.

Neste interregno entre aspirações ideológicas e interesses econômicos brasileiros, os setores econômicos que apoiam o governo tiveram preponderância. É o que afirma relatório do Conselho Empresarial Brasil-China sobre o período:

Apesar das críticas à China durante a campanha à eleição do presidente Jair Bolsonaro, as ações concretas de sua administração indicaram mais continuidade do que ruptura na relação bilateral (CEBC, p. 38, 2020).

No primeiro ano de Bolsonaro como presidente, alguns atos provaram que o governo brasileiro estava interessado em manter relações com a China, principal parceiro comercial do Brasil. O vice-presidente Hamilton Mourão visitou o país em maio de 2019 para participar da reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), o principal mecanismo de diálogo bilateral.

A questão dos investimentos foi um dos pontos tratados por Mourão, que sinalizou o apoio brasileiro a entrada dos aportes chineses³⁰. No mesmo sentido, o ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou que o Brasil não imporá barreiras aos investimentos chineses e que o país estaria aberto a receber projetos no pré-sal e na área de infraestrutura (BULLA; LEOPOLDO, 2019).

Mesmo com turbulências na esfera política, as relações de investimento parecem não ter sido afetadas. Segundo os números do CEBC, houve crescimento nos aportes chineses. “Ao contrário da queda de 8,2% dos aportes não financeiros da China no mundo de 2018 a 2019, o valor dos investimentos do país no Brasil atingiu US\$ 7,3 bilhões – um crescimento de 117%” (CEBC, p. 38, 2020).

No final de 2019, Bolsonaro se encontrou por duas vezes com Xi Jinping, ocasiões estas que antecederam o pior momento da relação entre os países no primeiro semestre de 2020. Em outubro, o presidente brasileiro visitou a China para a assinatura de acordos nas áreas de política, ciência e tecnologia e educação, economia e comércio, energia e agricultura.

Contradizendo sua afirmação de 2018, quando disse que o país asiático ‘compraria o Brasil’, Bolsonaro utilizou esta visita para convidar empresas chinesas a participar do leilão do pré-sal, licitação apelidada de megaleilão por ser o maior leilão do pré-sal já

³⁰ Ver em: AGÊNCIA BRASIL. Em visita oficial à China, Mourão reativa comissão sino-brasileira. 20 de maio de 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-05/em-visita-oficial-china-mourao-reativa-comissao-sino-brasileira>>. Acesso em: 20 de agosto de 2022.

realizado³¹. E de fato empresas chinesas participaram do consórcio que arrematou uma fatia deste leilão³².

Menos de um mês depois os presidentes dos dois países voltariam a se encontrar, desta vez no Brasil antes da cúpula dos Brics, realizada em Brasília³³. Bolsonaro afirmou após a reunião que o país asiático “cada vez mais faz parte do futuro do Brasil” e que pretendia diversificar relações comerciais com a China.

A tentativa do presidente brasileiro de convencer os chineses a diversificar investimentos fazia sentido naquele momento: apesar do aumento dos investimentos provenientes do país asiático em 2019, o número de projetos caiu 22%. Segundo relatório do CEBC (p. 39, 2020), houve menor diversidade de setores, quando os 12 seguimentos que contavam com investimentos chinesas em 2018 caíram para sete em 2019.

No segundo ano de governo, dois fatos fizeram com que a relação sino-brasileira se deteriorasse e chegasse a situações críticas jamais ocorridas na história diplomática entre os países. Em 2020 estavam marcadas as eleições americanas, onde o aliado de Bolsonaro, Donald Trump, tentaria a reeleição. Num momento de maior alinhamento à política externa dos Estados Unidos, o presidente e a diplomacia brasileira começaram a usar uma retórica mais agressiva contra a China, vista antes no período eleitoral brasileiro.

O segundo fato importante para o abalo das relações neste ano foi o comportamento de Bolsonaro, integrantes do governo e pessoas próximas durante a pandemia de covid-19. Alinhando-se a política de Donald Trump, a diplomacia brasileira foi bastante influenciada neste período pela ala mais radical do governo.

O desgaste nas relações sino-brasileiras se iniciou com maior intensidade no início da pandemia de covid-19 e a chegada do vírus ao Brasil em março de 2020. Naquele momento, o deputado Eduardo Bolsonaro, filho do presidente brasileiro, reverberou o

³¹ Ver em: BBC BRASIL. Bolsonaro convida Xi Jinping para o 'maior leilão de petróleo e gás da história'. 25 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50181460>>. Acesso em: 26 de novembro de 2022.

³² Ver em: AGÊNCIA BRASIL. Petrobras e estatais chinesas arrematam maior bloco da cessão onerosa. 6 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/petrobras-e-estatais-chinesas-arrematam-maior-bloco-da-cessao-onerosa>>. Acesso em: 27 de novembro de 2022.

³³ Ver em: G1. 'China cada vez mais faz parte do futuro do Brasil', diz Bolsonaro. 13 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/13/bolsonaro-recebe-presidente-da-china-no-itamaraty-antes-de-cupula-de-lideres-do-brics.ghtml>>. Acesso em: 27 de novembro de 2022.

discurso de Donald Trump segundo o qual o vírus teria sido uma criação proposital chinesa.

A publicação³⁴ do deputado no twitter, feita em 18 de março de 2020, comparava a crise causada pela pandemia de covid-19 ao desastre nuclear de Chernobyl e a China à antiga União Soviética. O parlamentar acusou o governo chinês de esconder a existência do coronavírus e de ser culpado pela disseminação da doença.

A acusação gerou reações do embaixador da China no Brasil³⁵, Yang Wanming, que repudiou as declarações de Eduardo Bolsonaro e alertou que elas podem “ferir a relação amistosa Brasil-China”.

A parte chinesa repudia veementemente as suas palavras, e exige que as retire imediatamente e peça uma desculpa ao povo chinês. Vou protestar e manifestar a nossa indignação junto ao Itamaraty e à Câmara dos Deputados”, escreveu o embaixador, incluindo em sua resposta os perfis do ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) (BBC Brasil, 2020).

A resposta do perfil da embaixada Chinesa fez alusão a visita dos Bolsonaro aos Estados Unidos e seu encontro com o presidente Donald Trump, que também fez insinuações contra a China. “As suas palavras são extremamente irresponsáveis (...). Ao voltar de Miami, contraiu infelizmente vírus mental que está infectando a amizade entre os nossos povos” (BBC Brasil, 2020). A representação diplomática chinesa no Brasil mostrou através destas palavras entender que a dinâmica das relações sino-brasileiras estava sendo afetada pela política dos Estados Unidos.

Outro que entrou em embate com a China foi o então chanceler brasileiro Ernesto Araújo. Quando do pedido de retratação feito pela embaixada chinesa sobre as declarações de Eduardo Bolsonaro, o ministro das Relações Exteriores brasileiro saiu em defesa de Eduardo, pedindo retratação do representante da diplomacia chinesa. Araújo

³⁴ Ver em: CNN BRASIL. Eduardo Bolsonaro culpa China por coronavírus; embaixador chinês repudia fala. 18 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eduardo-bolsonaro-culpa-china-por-coronavirus-embaixador-repudia-fala/>>. Acesso em: 27 de novembro de 2022.

³⁵ Ibidem.

teria chegado a pedir a troca do embaixador e a situação escalou ao ponto de ser necessária uma ligação do presidente Bolsonaro ao presidente chinês Xi Jinping.

No mês seguinte, em abril de 2020, Ernesto Araújo se envolveu mais uma vez em acusações e causou atritos com o país asiático³⁶. Escrevendo no seu blog um artigo sobre o livro “Vírus”, do filósofo Slavoj Žižek, o chanceler afirmou haver um “plano comunista” que enxergava a pandemia como oportunidade de “acelerar um projeto globalista”. Esta associação feita por Araújo provavelmente partiu de uma análise feita por Žižek, na qual considerou na época que o coronavírus destampou a realidade insustentável que infecta a sociedade, referindo-se ao capitalismo.

Em outubro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que o governo brasileiro não compraria doses da CoronaVac, vacina desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac em parceria com o Instituto Butantan. À época, a declaração provocou atrasos³⁷ e redução na entrega de matérias primas necessárias para a produção das vacinas, segundo o presidente do Instituto.

No ano seguinte, novamente falas de Bolsonaro sobre o coronavírus e a China teriam causado prejuízos a relação bilateral sino-brasileira. Em maio de 2021, o presidente afirmou ver risco de uma “guerra química” e que o vírus poderia ter sido criado em laboratório. Neste período, após a declaração, houveram atrasos no envio de insumos para a produção da Coronavac³⁸.

Outro fato usado por políticos próximos a Bolsonaro para atacar a China foi o leilão para a implementação da rede 5G no Brasil. Na época, o governo brasileiro sofreu pressões dos Estados Unidos para não permitir a participação de empresas chinesas na disputa. Eduardo Bolsonaro endossou o discurso anti-China dos Estados Unidos, acusando o país asiático de praticar espionagem através das empresas de tecnologia, e

³⁶ Ver em: O GLOBO. Sete momentos em que Ernesto Araújo atacou a China. 18 de maio de 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/sete-momentos-em-que-ernesto-araujo-atacou-china-1-25023701>>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

³⁷ Ver em: EL PAÍS BRASIL. Butantan afirma que ataques de Governo Bolsonaro à China já atrapalham vacinação. 6 de maio de 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-06/butantan-afirma-que-ataques-de-governo-bolsonaro-a-china-ja-atrapalham-vacinacao.html>>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

³⁸ Ver em: CORREIO BRAZILIENSE. Butantan atribui atraso de IFA da China a declarações de Bolsonaro. 6 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/05/4922658-butantan-atribui-atraso-de-ifa-da-china-a-declaracoes-de-bolsonaro.html>>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.

também citando a adesão brasileira a iniciativa global dos Estados Unidos para um 5G sem a China.

A Embaixada da China em Brasília mais uma vez reagiu cobrando explicações da diplomacia brasileira e, como nas demais ocasiões em que estes atritos aconteceram, alertando que a atitude seria prejudicial a relação amistosa entre os dois países. É possível perceber que novas figuras fizeram o papel de porta-voz do governo, tendo em seu discurso o efeito similar ao do próprio chefe de Estado.

Analisando a mudança na relação bilateral entre Brasil e China, motivada pela ascensão de uma nova visão do sistema internacional no Brasil – considerada ideológica – Damacena (2021) acrescenta que:

o distanciamento entre o governo Bolsonaro e a China passa por um argumento de desconfiança, ou até preocupação, sobre o papel do país asiático no mundo, além das relações internacionais tomarem um lugar secundário, onde o foco principal deste governo seriam os problemas nacionais (DAMACENA, 2021, p. 55).

Sobre este trecho citado, podemos concluir que os problemas nacionais tem pautado de uma forma ou de outra a relação sino-brasileira. São problemas nacionais os argumentos do governo Bolsonaro para as relações internacionais tomarem “um lugar secundário”, assim como também são questões nacionais – como os interesses do empresariado brasileiro interessado em manter e até ampliar relações econômicas com a China – que colocam vez ou outra freios nos atritos gerados pelo governo e pelas pessoas em seu entorno.

A diplomacia brasileira neste período (2019-2022) teve sua relação com a China condicionada pela disputa de movimentos com interesses opostos dentro do governo. Excetuando-se o primeiro e o último ano de governo de Jair Bolsonaro, podemos afirmar que os dois anos de pandemia entre 2020 e 2021 foram os mais críticos para a relação bilateral, terreno fértil para as agressões direcionadas à China vindas de uma ala do governo, gerando a necessidade de reação da outra.

Sobre estes movimentos antagônicos dentro do governo, Ibañez (2020) afirma:

Bolsonaro estaria tentando conciliar dois movimentos antagônicos dentro do governo, um do núcleo ideológico, que propõe alinhamento automático com os Estados Unidos, e outro pragmático, que reconhece a necessidade de intensificar relações com a China. Contudo, a palavra ‘conciliar’ talvez não seja a mais adequada referência a um presidente que é conhecido pelo fato de ter, em sua gestão, um gabinete paralelo denominado ‘do ódio’ (IBANEZ, 2020, p. 15).

A epidemia de coronavírus tornou evidente um capítulo peculiar da relação sino-brasileira que se desenvolveu no período de governo de Jair Bolsonaro: a ascensão de líderes locais, como governadores, nas negociações com a China. Contrastando com as frequentes crises diplomáticas e atritos gerados pelos aliados do governo, governadores de diversos estados procuraram a China para comprar equipamentos médicos, doações de insumos e até parcerias entre entidades de pesquisa para o desenvolvimento de uma vacina contra o vírus.

Uma página importante da relação entre Brasil e China entre 2019 e 2022 foi, para além dos atritos já citados, a parceria entre o Instituto Butantan e o laboratório chinês Sinovac para a produção e testagem da vacina CoronaVac contra a covid-19, que posteriormente foi aplicada em milhões de brasileiros. Esta parceria, estabelecida entre o Governo do Estado de São Paulo e o governo chinês, tornou o governador paulista João Dória em adversário político do presidente brasileiro, que constantemente desacreditava a vacina chinesa.

Produzindo a vacina CoronaVac com insumos chineses, o Instituto Butantan se manifestou através de seu diretor, Dimas Covas, sobre a influência negativa do Governo Federal nas negociações e envio dos insumos. Segundo o diretor, “Todas essas idas e vindas do governo federal obviamente têm um impacto no ritmo de liberação do IFA. As liberações estão acontecendo, mas em volume menor que poderia acontecer”.

A atuação errônea da diplomacia brasileira no período da pandemia de covid-19 deixou um vácuo que foi ocupado pela atuação diplomática dos entes subnacionais, os Estados, e a China. Além da parceria chinesa com o Instituto Butantan (ligado ao Estado de São Paulo), outros entes federativos se movimentaram ante os atritos criados pela diplomacia central.

A atuação do Maranhão durante a pandemia chamou a atenção para a paradiplomacia brasileira com a China. O governo deste Estado organizou uma “operação

de guerra” para conseguir transportar 107 respiradores e 200 mil máscaras da China³⁹. A estratégia se inseriu no contexto de tentativas frustradas de adquirir estes equipamentos devido a empecilhos criados pelos Estados Unidos e até pelo governo brasileiro, possivelmente por se tratar de um envio chinês.

O governo maranhense, em contato com a China, conseguiu alterar a rota de compra e trouxe a mercadoria pela Etiópia com o objetivo de escapar da Europa e dos Estados Unidos. A operação foi bem sucedida e o Estado do Maranhão foi acusado pelo Governo Federal de ultrapassar as suas competências constitucionais, que requisitou os aparelhos. O imbróglio gerado por esta paradiplomacia Brasil-China foi resolvido pelo Supremo Tribunal Federal, que determinou a devolução dos equipamentos ao Maranhão.

É possível verificar que o estado Chinês se manteve aberto a negociações com o Brasil no período de pandemia em que ocorreram algumas crises diplomáticas entre os dois países. Da relação sino-brasileira neste espaço de tempo, constata-se que:

o abandono das tradições diplomáticas brasileiras durante o governo Bolsonaro conferiu aos entes federativos espaço para uma atuação internacional mais voltada à correção dos rumos da atual política externa brasileira (SILVA, 2022, p. 45).

Durante o governo Bolsonaro, ao compararmos os investimentos chineses no Brasil nos três primeiros anos, pode-se afirmar que apesar dos diversos problemas diplomáticos criados neste período a pandemia foi um fator de peso para a redução do aporte financeiro chinês no Brasil. O fluxo de investimentos chineses no Brasil atingiu US\$ 1,9 bilhões em 2020⁴⁰, valor considerado baixo, e no ano seguinte alcançou US\$ 5,9 bilhões com fim da pandemia⁴¹.

³⁹ Ver em: FOLHA DE S. PAULO. Maranhão comprou da China, mandou para Etiópia e driblou governo federal para ter respiradores. 16 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/04/maranhao-comprou-da-china-mandou-para-etioopia-e-driblou-governo-federal-para-ter-respiradores.shtml>>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.

⁴⁰ Ver em: DIÁRIO DO COMÉRCIO. Investimentos chineses no Brasil têm queda de 74%. 6 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://diariodocomercio.com.br/economia/investimentos-chineses-no-brasil-tem-queda-de-74/>>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.

⁴¹ Ver em: AGÊNCIA BRASIL. Investimentos chineses voltam a crescer no Brasil após pandemia. 31 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-08/investimentos-chineses-voltam-crescer-no-brasil-apos-pandemia>>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.

2.3 - O “antiglobalismo” brasileiro e seu contexto internacional

Citamos durante este trabalho as ações de atores políticos brasileiros que justificaram suas ações afirmando combater o antiglobalismo. Neste caso, a ameaça globalista combatida seria o movimento comunista internacional, que liderado pelas elites políticas de Rússia e China atuavam pela difusão do marxismo, tornando a economia o centro de referência universal de valores e comportamentos.

Mas, além deste enfoque que nos é pertinente porque teve como alvo as relações Brasil-China, existem outros tipos de globalismo, segundo os principais teóricos brasileiros sobre a teoria. Os outros dois tipos de globalismo seriam o ocidental, ou “marxismo cultural”, e o globalismo islâmico.

O globalismo ocidental seria a difusão e introdução através das artes (música, cinema e teatro) e do meio acadêmico de comportamentos considerados politicamente e outros valores, de maneira a substituir gradualmente os valores considerados tradicionais da civilização ocidental judaico-cristã (Carvalho, 2002).

Estas ideias seriam difundidas por elites de esquerda que buscam dominação difundindo pautas que diminuem a soberania dos Estados, como o combate mundial às mudanças climáticas por exemplo. Um dos principais alvos dos antiglobalistas são os mecanismos de governabilidade mundial, instituições compostas por diversos países que discutem e chegam a resoluções a serem seguidas por seus membros, como a ONU, por exemplo.

Ministro das Relações Exteriores durante o governo Bolsonaro, Ernesto Araújo foi um dos defensores das ideias antiglobalistas no período entre 2019 e 2021. Em seu discurso de posse, Araújo afirmou que o globalismo seria um projeto de dominação global, que ocorre através de mecanismos que buscam unificar as nações. Para Araújo (2017, p. 353), globalismo é “entendido como os padrões liberais antinacionais e antitradicionais na vida social e do mercado globalizado sem fronteiras na vida econômica”.

O globalismo islâmico teria o objetivo de estabelecer um califado global se infiltrando em países ocidentais, migrando e difundindo o islã. Este globalismo seria encabeçado por lideranças religiosas e representado por povos islâmicos, o justificaria a

posição antiglobalista de opor-se a imigração por considerar que ela facilitaria a entrada de agentes do globalismo (BRASIL PARALELO, 2017).

O pensamento antiglobalista tornou-se um fenômeno importante para a política internacional e acompanhou a ascensão ao poder de figuras populistas de direita como Donald Trump nos Estados Unidos, Viktor Orban na Hungria e Bolsonaro no Brasil. Vários governos populistas de direita, influenciados pelo antiglobalismo, optaram por reafirmar sua independência através de posições nacionalistas no campo político, protecionistas no campo econômico e reacionárias e xenóforas no sociocultural.

O ministro brasileiro e antiglobalista Ernesto Araújo fez em maio de 2019 – quando havia assumido a chefia do Ministério das Relações Exteriores há quatro meses – visitas a países europeus que se tornaram os maiores expoentes da direita na Europa. Araújo esteve naquele mês em Hungria, Polônia e Itália para preparar a visita do presidente Jair Bolsonaro a estes países, todos governados por políticos ou coalizões adeptas da principal bandeira antiglobalista no continente: o movimento anti-imigração.

Estas figuras se opuseram de maneira disruptiva à ordem do mundo globalizado, que desde o final da segunda guerra mundial adquiriu caráter liberal, condenando o multilateralismo, o livre comércio e o multiculturalismo. A vitória eleitoral e ascensão ao poder de figuras populistas de direita pode ser enxergada como reflexo da crise da hegemonia neoliberal e segundo Mouffe (2019), também crise de representatividade política.

En consecuencia, ha surgido un momento populista; a saber, la proliferación de una oposición popular a los partidos políticos tradicionales, los cuales son percibidos como instrumentos de las élites; caracterizadas como corruptas y apartadas del pueblo. Ante esta crisis de representación política, la derecha ha capitalizado la inconformidad, resentimiento y frustración a través de un discurso populistas (MOUFFE, 2019, p. 15).

Esta conjuntura a que se refere Mouffe (2019) ajuda a esclarecer a ascensão de populistas de direitas e, mais especificamente, a adesão eleitoral ao discurso de Jair Bolsonaro contra a política exterior brasileira nos governos do PT, críticas que não tinham como alvo apenas a China, mas países não ocidentais. Contudo, uma vez no poder, os

atores políticos defensores do antiglobalismo tiveram de lidar com diferentes formas de poder na empreitada de fazer suas ideias tornarem-se nortes para o governo.

Capítulo 3 – Breves considerações e análise do posicionamento dos jornais

Neste capítulo, busca-se fazer a análise das posições dos jornais objetos do estudo, expressadas em publicações feitas por eles sobre a crise diplomática. A análise tem por objetivo localizar socio historicamente estes veículos e suas publicações a respeito de alguns momentos chave da crise diplomática entre Brasil e China ocorrida no ano de 2021, observando o contexto no qual estes posicionamentos se deram. Para este estudo foi utilizado o referencial teórico de John Thompson, exposto nas obras *Ideologia e Cultura Moderna*, e *A mídia e a modernidade*.

Começaremos este capítulo pela sistematização da contribuição de John Thompson porque julgamos úteis e aplicáveis ao objeto desta pesquisa. A disputa por influência dentro do governo brasileiro chegou nas páginas dos jornais estudados, e sendo eles nosso objeto procuramos analisar qual seu papel nesta disputa, sua importância, a quais interesses os textos estudados prestaram auxílio na disputa por influência.

Ainda tratamos neste capítulo da contextualização da relação conflituosa entre Jair Bolsonaro e a China, antes mesmo de eleger-se presidente, e quais seus posicionamentos nos momentos de atrito diplomático. O setor do agronegócio, prejudicado em caso de crise diplomática com a China, também tem sua evolução e importância abordadas.

3.1 Thompson, a mídia e as formas de poder

O estudo da ideologia de Thompson (2011) é situado no contexto da mediação da cultura moderna. Para o autor, esse processo favoreceu mudanças na transmissão, produção e circulação das formas simbólicas, que se tornaram cada vez mais mediadas pelos veículos de comunicação.

Tendo ocorrido paralelamente à expansão do capitalismo industrial, a mediação da cultura moderna se deu com a expansão das transmissões das formas simbólicas a um nível global por meio de veículos midiáticos, como jornais, revistas, literatura, rádio, televisão, internet, entre outros.

Thompson (1998) considera útil em sua discussão acerca da mídia e a modernidade a distinção entre quatro tipos principais de poder: econômico, político,

coercitivo e simbólico. Segundo Thompson (1998, p. 22), estas distinções refletem “os diferentes tipos de atividades nas quais os seres humanos se ocupam, e os diversos tipos de recursos de que se servem no exercício do poder”.

O poder econômico é aquele que provém da atividade humana produtiva, da transformação de matérias primas em bens que possam ser consumidos ou trocados no mercado, enquanto o poder político deriva da atividade de coordenação dos indivíduos e da regulamentação dos padrões de interação entre eles. Sobre estas classificações, é válido trazer apontamentos de Thompson (1998) sobre o fato de que todas as organizações exercem um certo grau de poder político.

Mas nós podemos identificar uma gama de instituições que se dedicam essencialmente à coordenação e à regulamentação, e que desempenham estas atividades de uma maneira relativamente centralizada dentro de um território mais ou menos circunscrito (THOMPSON, 1998, p. 22-23).

As diferentes formas de poder são exercidas através de instituições que fornecem a estrutura para a acumulação de recursos necessários ao exercício de determinado tipo de poder. À acumulação destes recursos, Thompson (1998) chama “base privilegiada”. Uma empresa comercial serve à capitalização de recursos que são a base privilegiada para exercer poder econômico.

O poder simbólico é originado nas atividades de produção, transmissão e recepção das formas simbólicas. Nesta atividade, os indivíduos constantemente se ocupam expressando a si mesmos em formas simbólicas ou interpretando expressões usados por outros.

Continuamente envolvidos na comunicação uns com os outros e na troca de informações de conteúdo simbólico, os indivíduos se servem de recursos como “os meios técnicos de fixação e transmissão; as habilidades, competências e formas de conhecimento empregadas na produção, transmissão e recepção da informação e do conteúdo simbólico[...] e o prestígio acumulado, o reconhecimento e o respeito tributados a alguns produtores ou instituições” (Thompson, 1998, p. 24).

O que marca o conceito de poder simbólico em Thompson (1998) são as transformações da vida social, na perspectiva espacial e temporal, provocada pela

intervenção do campo da mídia nos outros campos sociais. O autor inglês usa o termo para se referir “a esta capacidade [da mídia] de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas” (Thompson, 1998, p. 24).

São muitas e variadas as instituições que tem sua atividade focada no poder simbólico, mas algumas delas assumem um papel historicamente particular na acumulação dos recursos necessários ao exercício deste tipo de poder. Podemos citar instituições religiosas, que se dedicam à produção e difusão de formas simbólicas ligadas aos valores espirituais; instituições educacionais, que tem sua atividade voltada à transmissão de conteúdos simbólicos e treinamento de habilidades; e as instituições da mídia, que são tratadas nesta pesquisa, que se dedicam à produção em larga escala e difusão das formas simbólicas no tempo e no espaço.

As diferentes formas de poder podem se sobrepor de maneiras variadas. E ainda instituições que exercem determinado tipo de poder detêm uma mistura de diferentes recursos e poder, mesmo que direcionados para a acumulação de recursos necessários ao exercício de certa forma de poder.

Uma instituição da mídia, por exemplo, pode ter como objetivo alcançar elevado grau de poder simbólico e para isto obter mais recursos financeiros e associar-se ao poder político. De maneira semelhante que um candidato a eleição se utilize do poder simbólico da instituição da mídia para mais facilmente alcançar o poder político.

Jair Bolsonaro, por exemplo, se valeu de recursos midiáticos para tornar suas bandeiras conhecidas do público. Mas não o fez como fim em si mesmo, mas visando colocar-se como antagonista das políticas do PT e posteriormente conquistar poder político. Assim, considerando que as relações diplomáticas sino-brasileiras não se deterioraram ao ponto de serem rompidas, é possível supor que o discurso anti-China do presidente brasileiro tenha sido um recurso simbólico, uma tentativa de marcar e reforçar uma posição que o diferenciava de outros atores políticos e demonstrava singularidade.

3.2 Contextualização acerca da relação conflitiva entre Jair Bolsonaro e a China

O histórico de atritos entre o presidente Jair Bolsonaro e os atores políticos próximos a ele com a China teve início em 2018, antes mesmo de ser eleito. Naquele ano, Jair afirmou em sua campanha que mudaria o rumo das relações exteriores do Brasil e criticou a relação sino-brasileira durante os governos do PT, afirmando que o partido e seus governantes privilegiavam a China⁴². Além disso, visitou Taiwan, considerada pelo governo chinês uma província rebelde. Esta atitude gerou reações da diplomacia chinesa.

Eleito em 2018, Bolsonaro não se movimentou ativamente de maneira a mudar as relações com a China em seu primeiro ano de mandato, como afirmou em campanha. As atitudes de representantes do governo brasileiro que causaram mal-estar com a diplomacia chinesa começaram em março de 2020, quando teve início no Brasil a pandemia de covid-19.

Eduardo Bolsonaro, deputado e filho do presidente brasileiro, publicou uma mensagem em rede social comparando a pandemia de coronavírus ao acidente nuclear de Chernobil e culpando a China pela disseminação do vírus⁴³. Houve reação da Embaixada da China no Brasil repudiando tal atitude e pedindo retratação. Neste momento, o chanceler brasileiro Ernesto Araújo se pronunciou, cobrando pedido de desculpas da diplomacia chinesa, que segundo ele havia ofendido o presidente Bolsonaro em sua nota.

Em abril de 2020, se somou a Eduardo Bolsonaro e Ernesto Araújo outro alto representante do governo brasileiro: o ministro da educação Abraham Weintraub. Em publicação numa rede social, o ministro ridicularizou o sotaque chinês com uma capa de gibi da Turma da Mônica⁴⁴.

⁴² Ver em: FOLHA DE S. PAULO. Aceno de Bolsonaro a Taiwan desanima Pequim, diz alto funcionário do regime chinês. 5 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/11/aceno-de-bolsonaro-a-taiwan-desanima-pequim-diz-alto-funcionario-do-regime-chines.shtml>>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.

⁴³ Ver em: FOLHA DE S. PAULO. Embaixada da China reage a acusações de Eduardo Bolsonaro sobre coronavírus. 18 de março de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/embaixador-da-china-no-brasil-reage-a-eduardo-e-diz-que-deputado-nao-tem-visao-internacional.shtml>>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.

⁴⁴ Ver em: FOLHA DE S. PAULO. Racista, postagem de Weintraub é negativa para relação com Brasil, diz embaixada da China. 6 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/racista-postagem-de-weintraub-e-negativa-para-relacao-com-brasil-diz-embaixada-da-china.shtml>>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.

Mais perto do final do ano quem se envolveu em episódios relacionados com a China foi o próprio presidente. Em outubro de 2020, Bolsonaro disse que não compraria a vacina chinesa CoronaVac⁴⁵, desenvolvida em parceria com o Instituto Butantan – pertencente ao Estado de São Paulo, governado neste período por seu adversário político João Dória. Bolsonaro desacreditou a eficácia da vacina e afirmou que brasileiros “não seriam cobaia de ninguém”.

Em novembro, Eduardo Bolsonaro voltou à ofensiva discursiva contra a China. À época em que discutia o leilão da tecnologia 5G no Brasil, o deputado fez uma publicação em rede social acusando a China de espionagem através desta tecnologia⁴⁶. Eduardo foi apoiado por Ernesto Araújo, que publicou através do Ministério das Relações Exteriores um comunicado apoiando o boicote à tecnologia chinesa. Por fim, após o posicionamento da embaixada em protesto, Eduardo Bolsonaro apagou a publicação que havia feito.

Estes atritos podem parecer à primeira vista apenas a defesa da pauta antiglobalista e anti-China, mas em sua essência representaram a disputa por influência dentro do governo brasileiro com os interesses do agronegócio brasileiro, apoiador de Bolsonaro antes de sua eleição. À retórica sinofóbica da “ala ideológica”, se opuseram os argumentos em defesa da relação entre os dois países porque esta é de enorme importância à economia brasileira.

3.3 O agronegócio e sua trajetória de importância no Brasil

O setor agroexportador ao qual nos referimos nesta pesquisa pode ser entendido como a parcela do agronegócio brasileiro preocupada com o andamento das relações internacionais do Brasil que influenciam nas suas exportações. A cadeia produtiva deste setor importante à economia brasileira abrange desde a fabricação de insumos, a produção nos estabelecimentos agropecuários até seu consumo.

É um setor que envolve, além das atividades agropecuárias do campo, os serviços de apoio como pesquisa, assistência técnica, processamento, transporte, comercialização,

⁴⁵ Ver em: O ESTADO DE S. PAULO. 'Não será comprada', diz Bolsonaro sobre vacina chinesa. 21 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/saude/nao-sera-comprada-diz-bolsonaro-sobre-vacina-chinesa/>>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.

⁴⁶ Ibidem.

crédito, exportação, os serviços portuários, distribuidores, bolsas e o consumidor final. Quanto aos valores que este setor movimentava na economia, eles passam obrigatoriamente pelo mercado de suprimentos, o da produção propriamente dita, processamento, distribuição e o do consumidor final.

Os resultados mais conhecidos do agronegócio brasileiro tem sido seu desempenho externo. Alguns dados como saldo comercial (receitas das exportações menos gastos com importações) e participação no PIB brasileiro são demonstrativos destas afirmações.

Segundo dados divulgados pelo IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,9% no primeiro trimestre deste ano (2023) na comparação com os três meses imediatamente anteriores⁴⁷. No trimestre, a agropecuária totalizou R\$ 2,6 trilhões em valores correntes. Este resultado foi impulsionado principalmente pela agropecuária, que teve uma alta de 21,6% no período. Pesquisadores do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Esalq/USP)⁴⁸ e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) estimam que a participação do setor na economia fique próxima de 24,5% em 2023.

Nos últimos vinte anos, de 2002 a 2022, o PIB agrícola saltou de US\$ 122 bilhões para US\$ 500 bilhões⁴⁹. Números de períodos anteriores indicam que este crescimento vem ocorrendo desde o final da década de 1990. Segundo Contini (2006, p. 11), entre 1989 e 2004 “as exportações do agronegócio praticamente triplicaram ao passar de US\$ 13,9 bilhões para US\$ 39,0 bilhões”.

Na imprensa e nos meios empresariais e político, tem predominado a utilização da expressão “agronegócio”. O uso desta expressão se deu a partir da atuação da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), criada em 1993 com o propósito de

⁴⁷ Ver em: G1. PIB do Brasil cresce 1,9% no 1º trimestre, puxado por disparada da agropecuária, diz IBGE. 1 de junho de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/06/01/pib-do-brasil-cresce-19percent-no-1-trimestre-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 30 de novembro de 2023.

⁴⁸ Ver em: CEPEA. PIB DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em: 30 de novembro de 2023.

⁴⁹ Ver em: CNN BRASIL. Agronegócio no Brasil dá salto em 20 anos e hoje equivale ao PIB da Argentina. 20 de fevereiro de 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/agronegocio-no-brasil-da-salto-em-20-anos-e-hoje-equivale-ao-pib-da-argentina/>>. Acesso em: 30 de novembro de 2023.

“levantar, divulgar e, principalmente, buscar influenciar os níveis e as instituições de governo na concepção e implementação de políticas destinadas a alavancar, melhorar e mesmo resguardar os recursos materiais e humanos envolvidos nos diferentes agronegócios” (Ramos, 2007, p. 43).

O “agribusiness” propunha um quadro discursivo unificador à fragmentação dos diferentes segmentos do setor, buscando romper com isolamento entre agropecuária, indústria e serviços. A partir da criação desta entidade é que começa a se ensaiar a transmissão de um discurso voltado à sociedade e a defesa de interesses junto ao Estado de uma maneira diferente das épocas anteriores.

Os interesses do setor que começava a se autodenominar “agribusiness” foram defendidos a partir de ideias nos são familiares hoje, mas na época não o eram, como unidade de classe, geração de riqueza, solução para a produção em larga escala, interesse nacional, sustentabilidade e legalidade (Grynszpan, 2016, p. 148). Estas ideias foram agregadas ao conceito de “agribusiness”, ou agronegócio, trazendo força e legitimidade às suas demandas.

Para um entendimento do que conhecemos hoje por agronegócio, o período de criação da Abag é bastante útil. A Associação atuava nos meios empresariais e buscava articulações com a política e com os centros de produção de políticas públicas voltadas aos seus interesses. A entidade deixou evidente suas intenções quando sua criação foi anunciada no Congresso Nacional, em maio de 1993. Um de seus idealizadores, o agrônomo Ney Bittencourt de Araújo, declarou:

A missão, penosa, ambiciosa e difícil, é sistêmica e se encadeia em múltiplas tarefas. A primeira, e a maior delas, é a de conscientizar os segmentos formadores de opinião e decisórios do País – os políticos, os empresários, os sindicatos, os acadêmicos, os líderes da comunicação – para a importância e a complexidade do sistema do agribusiness, a relevância do seu papel no desenvolvimento econômico e social, e a necessidade de tratá-lo sistemicamente, sem o que torna-se impossível otimizá-lo (ARAÚJO, 2013, p. 12).

Desde a criação da instituição, podemos dizer que seus fundadores tiveram êxito na inserção em conselhos e órgãos que debatiam e influenciavam a adoção de políticas e tomadas de decisões públicas. Bittencourt de Araújo foi nomeado pelo presidente Itamar

Franco em 1993 para o recém-criado Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). No governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, foi membro do conselho do programa Comunidade Solidária e alcançou assento no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, e na EMBRAPA.

Roberto Rodrigues, outro fundador, foi secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo de 1993 a 1994 e em 2003 tornou-se titular do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no governo de Lula, onde criou uma Assessoria de Gestão Estratégica e uma Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio, cujo objetivo era coordenar, orientar, articular e acompanhar as políticas e atividades do Ministério voltadas ao comércio exterior de bens e serviços de interesse do agronegócio.

3.4 Análise do posicionamento dos jornais

Tratamos em outro ponto deste capítulo as contribuições de John Thompson acerca das diferentes formas de poder e das instituições por meio das quais são exercidas, e especificamente do poder simbólico. Neste subcapítulo de análise dos jornais, iniciaremos discutindo o referencial metodológico que usaremos.

Thompson (2011) descreve a Hermenêutica da profundidade (HP) como um referencial metodológico para a análise das Formas Simbólicas em contextos estruturados. Nessa pesquisa, são adotadas como Formas Simbólicas textos dos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo. A partir das fases de enfoque da HP, Thompson (1995) evidencia que as Formas Simbólicas não são obras do acaso; são produzidas, transmitidas e recebidas em condições sociais e históricas específicas:

As formas simbólicas são produzidas (faladas, narradas, inscritas) e recebidas (vistas, ouvidas, lidas) por pessoas situadas em locais específicos, agindo e reagindo a tempos particulares e a locais especiais, e a reconstrução desses ambientes é uma parte importante da análise sócio-histórica (THOMPSON, 2011, p.366).

Por intermédio da análise sócio-histórica da HP, o texto jornalístico se caracteriza como um campo de interação no qual uma variedade de regras, convenções e esquemas são empregadas sutilmente, como sugere Thompson (2011):

Esses esquemas não são regras muito explícitas e claramente formuladas, mas estratégias implícitas e tácitas. Eles existem na forma de conhecimento prático, gradualmente inculcado e continuamente reproduzido nas atividades comuns da vida quotidiana. (THOMPSON, 2011, p.367).

Além de um editorial, que é o meio pelo qual os jornais tradicionalmente expõem suas opiniões oficiais sobre temas considerados relevantes por eles, este estudo também examina uma matéria que não se encaixa na classificação editorial. Esta escolha se dá porque consideramos haver na matéria elementos e recortes de posicionamentos do jornal.

É útil aqui expor algumas indicações de Thompson que se aplicam ao objeto de nossa análise. No caso estudado, a instituição que possui poder de maneira estável é a burguesia agroexportadora e, possuindo este poder, exclui ou torna inacessível em grau significativo o acesso a outros grupos. Isto acontece através pressão exercida pela burguesia agroexportadora sobre o governo, a favor de pautas benéficas a manutenção de seu poder e interesses.

Uma vez que a possibilidade de ter seus interesses representados e defendidos na matéria jornalística que expressa a opinião do veículo jornalístico está restrita a poucos atores – sendo em nosso caso a burguesia agroexportadora – é possível diagnosticar uma relação de poder assimétrica devido a este grupo de indivíduos possuir este poder, ao mesmo tempo que a outros grupos esta possibilidade se mostra inacessível.

No caso estudado neste capítulo, as inclinações ideológicas anti-China da “ala ideológica” do governo brasileiro, enquanto tentativa de exercer poder político, entraram em conflito com os objetivos do setor agroexportador de utilizar os recursos políticos do governo em defesa de seu poder econômico.

Podemos enxergar o conflito dentro do governo brasileiro entre o grupo político dos atores mais próximos ao presidente brasileiro, seus filhos e alguns ministros, comumente denominados de “ala ideológica”, e o setor agroexportador brasileiro. Há neste contexto a disputa entre poder político e poder econômico por uma maior influência no governo.

A gravidade da pandemia

O desempenho brasileiro no enfrentamento da pandemia de Covid-19 foi bastante questionado desde a chegada do vírus ao país. E, quando a população já havia começado o ciclo vacinal, começaram os estudos sobre este desempenho e a quantidade de mortes que poderiam ter sido evitadas.

Um dos estudos, realizado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), indica que o enfrentamento da pandemia pelo governo de Jair Bolsonaro está entre os piores do mundo e permitiu 75% das quase 690 mil mortes (números referentes à época do estudo) pela covid no Brasil. As conclusões estão no Dossiê Abrasco⁵⁰ Pandemia de Covid-19, lançado em novembro de 2022.

A constatação de que graças ao governo de Jair Bolsonaro o Brasil entrou para a história com uma das piores conduções da pandemia vem do cruzamento de dados epistemológicos:

“Cruzando os dados proporcionais de população e mortes por COVID no contexto global, em 22 de março de 2022, o Brasil concentrava 2,7% da população mundial e respondia por 10,7% das mortes por COVID-19 no mundo; um evidente descompasso entre as duas proporções. Utilizando-se a mortalidade acumulada por COVID-19 (óbitos por 1 milhão de habitantes) pode-se observar a desproporcional concentração de óbitos no Brasil⁴². Em 22 de março de 2022, enquanto a média global da mortalidade acumulada por COVID-19 era de 770 para cada 1 milhão de pessoas, a aferição no Brasil indicava 3.070 mortes para cada 1 milhão, ou seja, 4 vezes mais que a medida global” (ABRASCO, 2022, p. 103).

Considerando o ranking dos países com relação à mortalidade por Covid-19 em 22 de março de 2022, o Brasil ocupava a décima quinta posição entre aproximadamente 200 países (Abrasco, 2022). Entre os 10 países mais populosos do mundo, o Brasil apresentou a maior mortalidade acumulada, o único com mais de 3.000 mortes por 1 milhão de

⁵⁰ Ver em: ABRASCO. Dossiê Abrasco Pandemia de Covid-19. 13º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, 2022, Salvador. Disponível em: <<https://abrasco.org.br/dossie-abrasco-pandemia-de-covid-19/>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2024.

pessoas. O país também teve a maior mortalidade acumulada entre os membros do bloco BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

De acordo com o Dossiê Abrasco “é possível especular que, caso o país tivesse seguido o padrão médio global, três de cada quatro mortes por COVID-19 ocorridas no Brasil teriam sido evitadas caso o país tivesse seguido o padrão médio global” (Abrasco, 2022, p. 103).

A condução da pandemia pelo governo brasileiro, suas ações e omissões foram alvo de investigação por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado. O relatório final⁵¹ desta comissão foi aprovado em 26 de outubro de 2021 e um dos principais pontos pediu o indiciamento do presidente Jair Bolsonaro por crimes que vão desde delitos comuns a crimes de responsabilidade (referência nota).

O relatório final da CPI da Pandemia contou com 1.299 páginas e pediu ao todo o indiciamento de 78 pessoas e duas empresas, entre estes filhos do presidente, ministros e ex-ministros do governo Bolsonaro. O deputado Eduardo Bolsonaro e o ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo, citados neste trabalho como protagonistas dos atritos com a China, estão entre eles.

O relatório produzido pela comissão de inquérito sobre a pandemia serviu de base para uma denúncia⁵² contra Bolsonaro no Tribunal Penal Internacional (TPI) (referência nota), que tem competência para julgar crimes que afetam a comunidade internacional. Nesta ocasião, Bolsonaro foi denunciado por crime contra a humanidade pela gestão da pandemia.

Análise da posição d’O Estado de S. Paulo

A posição em importância a ser ocupada pelos dois grupos é explicitada pela posição do jornal, que deixa claro qual considera mais correto naquele momento ter seus posicionamentos observados sobre os atritos no âmbito crise diplomática sino-brasileira.

⁵¹ Ver em: AGENCIA BRASIL. CPI da Pandemia aprova relatório final e pede 80 indiciamentos. 26 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-10/cpi-da-pandemia-aprova-relatorio-final-e-pede-80-indiciamentos>>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2024.

⁵² Ver em: G1. Tribunal Penal Internacional recebe denúncia da CPI contra Bolsonaro por crime contra a humanidade. 10 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/02/10/cpi-da-covid-entrega-ao-tribunal-penal-internacional-denuncia-que-acusa-bolsonaro-de-crime-contra-a-humanidade.ghtml>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2024.

No caso do jornal O Estado de S. Paulo, esta posição é particularmente importante porque está vinculada a características estruturais que se repetem de um contexto a outro. Não foi a primeira vez que o jornal foi porta-voz do setor agroexportador em suas tentativas de ganhar a opinião pública.

O jornal da família Mesquita já defendeu em outros momentos da história os interesses do setor agrário, mesmo que sua relação com este setor tenha se alterado ao longo dos cem anos de existência do jornal e as mutações que ambos – o jornal e o setor da economia – passaram. Diferente da Folha, que foi propriedade de diversas pessoas até hoje, O Estado é tradicionalmente o veículo de uma mesma família de São Paulo que manteve uma regularidade em suas posições e interesses defendidos por ele.

Além desta característica estrutural e histórica que trata de um passado mais longínquo do jornal, podemos encontrar não muito distante na história política brasileira situações nas quais este veículo de imprensa foi porta-voz das aspirações de setores econômicos ou frações de classe descontentes com as atitudes do governo brasileiro.

Podemos citar como exemplo o descontentamento de setores da burguesia brasileira com o governo de Dilma Rousseff (Boito Jr, 2018) a partir de seu segundo mandato. Não enxergando aquele governo como capaz de representar seus interesses imediatos, a burguesia interna fez-se representada pelo jornal O Estado de S. Paulo naquele período.

Iniciando a análise do editorial do jornal Estadão “Entre o sucesso e a má fama”, devemos nos atentar à situação espaço-temporal em que esta declaração é feita pelo jornal. De acordo com Thompson, esta parte da observação é importante porque as formas simbólicas são produzidas e recebidas em locais específicos, em tempos bastante particulares e a observação desse ambiente no qual aquela forma simbólica foi produzida (neste caso, escrita) é parte importante na análise sócio-histórica (Thompson, 2011, p. 366-367).

O texto que expressa a opinião do jornal paulista, em defesa do agronegócio brasileiro, situa-se em um período em que a economia brasileira passava por maus momentos. Mas não como períodos de crise ou recessão anteriores, e sim uma situação particular em que devido a uma crise sanitária global a economia brasileira foi mais uma das afetadas.

É citado o recorde da safra de grãos brasileira, o aumento da produção por hectare e frisando os princípios que levaram a estes resultados, como a difusão de tecnologia e o

trato eficiente do solo, por exemplo. Naquela situação espaço-temporal, esta construção de texto pode ser enxergada como a reafirmação do agronegócio sobre outros setores da economia brasileira, dado que este continuou a se sobressair mesmo durante a crise que afetava todos os outros.

Batendo mais um recorde, o Brasil deve atingir 251,4 milhões de toneladas na atual safra de grãos, segundo o Ministério da Agricultura. Serão 3,9 toneladas por hectare, se confirmada a nova estimativa. Em 15 anos a produção por hectare aumentou 63,4%. Com base na ciência, na difusão de tecnologia e no trato eficiente do solo, o agronegócio brasileiro produziu volumes crescentes de alimentos e matérias-primas poupando terra e preservando o ambiente. Esse é o agronegócio relevante, competitivo e presente em mercados de todo o mundo. Comprometido com a preservação de florestas, sua imagem tem sido, no entanto, manchada por grileiros e aventureiros criminosos, favorecidos pela péssima política ambiental do governo e por sua retórica irresponsável (ESTADÃO, 2020).

Podemos observar também, a partir desta defesa do agronegócio, a influência mantida sobre o jornal e a abertura que as ideias do setor agroexportador têm dentro dele. É possível as trajetórias dos dois atores tenham um peso sobre esta relação. Thompson nos indica uma abordagem possível sobre este aspecto: para o autor, as formas simbólicas estão situadas dentro de certos campos de interação, um espaço de posições e conjunto de trajetórias (este trabalho mostra a trajetória do jornal), que determinam as relações entre os sujeitos e as oportunidades acessíveis a eles (Thompson, 2011, p. 366-367).

A partir desta abordagem, é possível notar que na interação entre o jornal O Estado de S. Paulo e setores da economia brasileira, o agronegócio tem nesta interação maiores oportunidades. Entre estas oportunidades, ter seus interesses e conquistas defendidos como de todo o país a partir de uma defesa que não poupa nem o presidente, antes apoiado pelo jornal e neste momento em que é publicado o texto passa a ser criticado e cobrado por suas ações que trouxeram prejuízos ao agronegócio.

Analisando o jornal e este setor da indústria pela ótica das formas de poder, podemos dizer que mesmo que as empresas exportadoras de grãos forneçam a estrutura necessária para a acumulação dos recursos necessários ao exercício do poder econômico, estas empresas ainda podem possuir diferentes atividades, recursos e poder “ainda que

direcionadas essencialmente para a acumulação de determinados recursos e o exercício de certa forma de poder” (Thompson, 1998, p. 22).

As contribuições de John Thompson nos fazem notar o campo de interação em que o jornal *Estadão* faz parte e que o leva a fazer a defesa do agronegócio brasileiro, especificamente da produção de soja. Nos parágrafos que se seguem do texto, é construída uma argumentação que exalta a importância deste setor para a economia do país, citando dados do Ministério da Agricultura, os superávits alcançados e a dominância deste setor no comércio mundial da produção brasileira de soja.

Com a colheita de 120,9 milhões de toneladas, número calculado pelo Ministério da Agricultura, o Brasil recupera a posição de maior produtor mundial de soja, tomada em 2018 dos Estados Unidos e perdida em 2019.

Soja e derivados continuam sendo os principais itens vendidos ao exterior pelo agronegócio. O complexo soja rendeu em maio US\$ 5,88 bilhões, mais de metade do valor faturado pelo setor (US\$ 10,93 bilhões). Esta soma, um novo recorde, representou 60,9% da receita brasileira de exportações em maio.

As vendas externas do setor, amplamente superavitárias, têm sustentado, há anos, o saldo positivo da balança comercial de bens. Os US\$ 42 bilhões faturados pelo setor nos cinco primeiros meses de 2020 superaram por 7,9% o valor vendido no mesmo período do ano passado e foram, historicamente, a maior receita obtida no período de janeiro a maio.

O aumento do volume, de 13,7%, permitiu esse resultado, porque o índice de preços foi 5,1% inferior ao de igual período de 2019. O superávit de US\$ 36,59 bilhões garantiu o saldo positivo de US\$ 16,35 bilhões na balança comercial. A China importou produtos no valor de US\$ 16,52 bilhões, e se manteve como principal cliente. Como região, a Ásia continuou em primeiro lugar (US\$ 23,62 bilhões), seguida por União Europeia, América do Norte e Oriente Médio (ESTADÃO, 2020).

Podemos dizer que este editorial em defesa do agronegócio é fruto da interação entre o jornal e este setor, um dos tipos de recursos que estão disponíveis a este setor, sendo a sua defesa por parlamentares no congresso brasileiro outro exemplo. A posse destes recursos pelo setor da agropecuária pode não ser muito explícita ou claramente formulada, mas parte de estratégias implícitas e tácitas (Thompson, 2011, p. 367).

Abordamos a interação entre o jornal e o setor do agronegócio dentro de um campo de interação e agora vamos tratar estes dois sujeitos que compõe o campo de interação como instituições sociais. Para Thompson (2011, p. 367), instituições sociais podem ser enxergadas como “conjunto relativamente estáveis de regras e recursos, juntamente com relações sociais que são estabelecidas por elas”.

O Estado de S. Paulo está situado dentro de um campo de interação que também conta com o setor agropecuário, e esses sujeitos, enquanto instituições sociais (no enfoque de Thompson) dão forma a um campo de interação através da fixação de uma gama de posições e trajetórias.

A trajetória do jornal paulista foi tratada neste trabalho e, a partir da evolução da história do Estadão com frações de classe no Brasil, é possível afirmar que esta trajetória o fixou em um campo de interação junto do agronegócio brasileiro, que se inseriu por sua vez devido à posição alcançada na balança comercial brasileira.

A parte deste trabalho que trata da história do jornal O Estado de S. Paulo tem justamente esta função: traçar o desenvolvimento das relações que tratamos no presente capítulo durante o tempo, os conjuntos de regras, recursos e relações que as constituem, para examinar as práticas e atitudes dos sujeitos que agem a seu favor e dentro delas.

O editorial informa, através de números relativos às exportações brasileiras, que a assimetria entre os setores mais relevantes da economia na balança comercial existe. E que, trazendo dados de anos anteriores, esta assimetria é sistemática e relativamente estável ou, nos termos utilizados por Thompson “diferenças coletivas e duráveis em termos de distribuição a acesso a recursos, poder, oportunidades e possibilidade de realização” (2011, p. 367). Ao mostrar esta assimetria entre os setores econômicos, o jornal é porta-voz do setor agroexportador na sua tentativa de ganhar a opinião pública e exercer mais influência no governo brasileiro.

Com mais uma grande safra de grãos e oleaginosas, o agronegócio deve continuar sustentando as contas externas do Brasil, enquanto os demais setores, especialmente a indústria de transformação, enfrentam severas dificuldades comerciais. O superávit no comércio de produtos agrícolas e pecuários é muito mais que um êxito setorial. Tem sido, e será provavelmente por muito tempo, um fator de segurança econômica.

O saldo positivo na balança comercial de bens compensa, em geral parcialmente, resultados negativos nas contas de serviços e de rendas. Isso mantém as transações correntes – normalmente deficitárias – em condições administráveis e seguras. O financiamento desse déficit por meio de investimento direto estrangeiro reforça a segurança e favorece o crescimento econômico (ESTADÃO, 2020).

O último – e maior – parágrafo do texto traz de fato as reivindicações do jornal acerca da situação por que passava o país naquele momento. À época, em março de 2020, o Brasil entrava em conflito com a diplomacia chinesa devido às falas ora do presidente Bolsonaro, ora de pessoas próximas a eles, como filho e ministros. Além de outro assunto, as queimadas na Amazônia, serem tratadas no texto. Esta questão ambiental é citada seguindo a linha de raciocínio do editorial: o governo está prejudicando a imagem do país com suas atitudes e isto está afetando o setor mais importante para a economia brasileira.

Nenhum desses bons efeitos é uma bênção gratuita e garantida para sempre. O sucesso do agronegócio e o ingresso de capital estrangeiro dependem de competência na produção, de atenção às condições de comércio e da imagem do País. A função do governo é essencial para a manutenção dessas condições. No caso brasileiro, a imagem externa tem sido prejudicada principalmente pelo desmonte dos mecanismos de proteção ambiental, pela retórica irresponsável do presidente e de vários de seus ministros e por uma diplomacia desastrosa. Os erros diplomáticos incluem provocações e ofensas a importantes clientes do agronegócio, como a China e países muçulmanos. Pressionado, agora, também por grandes grupos brasileiros, o governo anuncia, por meio do vice-presidente, um decreto de suspensão das queimadas na Amazônia por 120 dias, como no ano passado. Mas a devastação cresceu, como indicaram dados de satélites, provavelmente continuará crescendo, se nada mais sério for feito, e a imagem do País acabará carbonizada (ESTADÃO, 2020).

A proposta da pesquisa, a partir da análise da estrutura social, é relacionar a ligação entre os jornais e uma determinada fração de classe. Neste sentido, sustentar que o fato destes jornais terem se posicionado contra o presidente e em defesa da relação sino-brasileira é um reflexo de uma diferença sistemática da vida social, uma assimetria quanto ao acesso a ter seus interesses defendidos pelo jornal, encarados como interesses nacionais.

É possível sustentar, a partir do desenvolvimento da pesquisa sobre a história dos jornais e seus posicionamentos políticos, que o comportamento destes veículos se insere na assimetria relativamente estável quanto ao acesso a propagação e protagonismo de um discurso – da fração de classe, a burguesia agroexportadora.

Utilizamos neste trabalho as contribuições de Thompson (2011) quanto às diferentes fases do enfoque da Hermenêutica de Profundidade (HP), e pudemos notar o sentido sendo mobilizado no texto com a finalidade de alimentar e sustentar o exercício do poder, o significado ao serviço do poder.

Análise da posição da Folha de S. Paulo

A matéria do jornal Folha de S. Paulo intitulada “Caso Eduardo Bolsonaro-China mostra preconceito e política na pandemia” foi produzida, transmitida e recebida em condições sociais e históricas específicas. Essas condições, o início do segundo ano de mandato do presidente Jair Bolsonaro, explicam um dos assuntos abordados: o preconceito.

Assinada pelo jornalista Igor Gielow, a matéria foi publicada no dia 19 de março de 2020 quando o coronavírus já havia chegado ao Brasil e começavam as tentativas de conter a doença e também a disseminação do discurso que associa o vírus à China. Além do contexto interno de negação da gravidade da doença, há também o contexto de disputa pela hegemonia econômica mundial entre Estados Unidos e China, no qual o presidente Bolsonaro e a “ala ideológica” adotaram o discurso do presidente estadunidense durante a pandemia de coronavírus.

Mesmo que neste texto em específico o foco do preconceito seja o praticado com o país asiático, o governo Bolsonaro e atores políticos ligados a ele ficaram conhecidos pela forma preconceituosa com que se referem a grupos sociais ou étnicos, como pessoas negras e membros da comunidade LGBT por exemplo. Assim, ao levantar a questão do preconceito praticado neste momento da pandemia, o jornal insta o leitor a lembrar da situação espaço-temporal dos últimos anos, em que atitudes preconceituosas se tornaram comuns vindo do presidente e pessoas próximas.

Outro ponto a observar sobre as condições sociais e históricas de produção deste texto, especificamente a parte que trata do preconceito, são as teorias propagandeadas no ocidente de que o coronavírus teria sido criado propositalmente pela China para prejudicar governos do outro lado do mundo. Estas teorias que, inclusive, foram propagadas pelo presidente Jair Bolsonaro.

A contextualização histórica e política deste período requer lembrarmos do alinhamento automático do Brasil aos Estados Unidos na política externa e, conseqüentemente, do alinhamento ao presidente americano Donald Trump. O texto aponta a preocupação sobre este fato quando relaciona o preconceito às questões ideológicas. Sobre isto, a partir de nossa análise, podemos indicar a preocupação do autor do texto com o alinhamento brasileiro aos discursos anti-China dos Estados Unidos.

Em 1894, um surto de peste bubônica em Yunnan (China) espalhou-se pelo mundo a partir de navios mercantes que passaram por Hong Kong. Não foi uma reedição da Peste Negra mais famosa da história (1347-1351), mas durou 30 anos e matou mais de 10 milhões de pessoas só na Índia.

Na costa oeste americana, onde os imigrantes chineses já eram tratados com desprezo, jornais publicavam cartuns de orientais comendo ratos para indicar a origem da praga. O famoso vídeo da sopa de morcego de Wuhan, que não era lá, tem antecedentes.

No caso do deputado filho do presidente, que chefia a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, o preconceito vem carregado de tintas ideológicas (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

A próxima parte do texto selecionada para análise aponta a contradição entre as ações do presidente Jair Bolsonaro e das pessoas próximas a ele. Situados dentro de um campo de interação em que precisam responder às aspirações de seu eleitorado no Brasil e ao mesmo tempo fechar acordos comerciais com a China, os “Bolsonaros” tiveram sua incoerência destacada pela Folha: se dizem anticomunistas, mas visitam a China comunista.

Os Bolsonaro se dizem anticomunistas, apesar da viagem pragmática e bem-sucedida do pai do clã à ditadura chinesa no ano passado, necessidade decorrente de um fato inescapável: Pequim é o maior parceiro comercial do Brasil.

Ainda assim, Eduardo sacou a já manjada comparação entre a pandemia na China e a crise de Tchernóbil, cujo acobertamento de um desastre nuclear em 1986 é associado à perda final de credibilidade do sistema soviético.

A avaliação em si não é nova nem necessariamente incorreta — o problema é que não se sabe ainda o que vai acontecer. Mas é também imprecisa: a China tem um poderio econômico que a União Soviética dos anos 1980 nunca sonhou em ter (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

A Folha de S. Paulo se opôs ao governo Bolsonaro desde seu início, sendo um jornal mais crítico à sua figura e com mais ressalvas do que outros veículos jornalísticos. Esta é a trajetória que localiza a Folha dentro do campo de interação juntamente com o governo Bolsonaro. Outro fator que a localiza nesta posição crítica é seu caráter ideológico mais liberal. Esta trajetória faz com que as críticas ao governo durante a crise diplomática sejam baseadas também em questões culturais, indo além da questão econômica.

Em determinado parágrafo, o jornalista da Folha afirma que “A grosseria no momento em que Pequim está fornecendo ajuda e tecnologia para combater a pandemia é incompreensível para um país com as carências que tem o Brasil”. Devemos situar esta afirmação para fazer a análise sócio-histórica: no momento em que o Brasil começava a sentir os efeitos da pandemia em seu sistema de saúde e que era evidente a falta de meios para combater o coronavírus, a China foi quem forneceu ajuda enquanto o governo federal dificultava as ações de combate ao vírus. O jornal, portanto, reage a este recorte de tempo particular.

Isso não importa, já que Eduardo é figura pública e indissociável da figura presidencial. A grosseria no momento em que Pequim está fornecendo ajuda e tecnologia para combater a pandemia é incompreensível para um país com as carências que tem o Brasil.

Ela está ligada ao propalado alinhamento entre Brasília e a Washington de Donald Trump. O presidente americano adora tratar o novo coronavírus como “vírus chinês”, ou “vírus de Wuhan”. Até segunda ordem, não é errado, já que toda a pesquisa sobre a pandemia coloca sua origem naquela cidade.

Mas embute o mesmo preconceito dos cartuns sobre chineses comedores de ratos, e no momento em que EUA e China disputam uma feroz guerra comercial. Obviamente, os pobres vendedores de comida asiática nas Chinatowns americanas não têm nada com isso (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

Considerações finais

A partir do estudo da história dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, e da evolução das relações diplomáticas entre Brasil e China desde seu estabelecimento, pudemos analisar os textos publicados por estes veículos jornalísticos relacionados à crise diplomática e concluir que ambos defenderam a relação sino-brasileira, mas com diferentes argumentos.

No caso do Estadão, foi possível observar que sobressaiu em suas críticas às pessoas próximas ao governo brasileiro questões com potencial causador de prejuízos ao agronegócio brasileiro. Mesmo que houvessem outras críticas possíveis naquele momento, o jornal elegeu os potenciais prejuízos ao agronegócio como mais importantes.

A Folha de S. Paulo também se utilizou do mesmo argumento, mas ele não é o único motivo pelo qual os atritos gerados pelas pessoas próximas à presidência foram criticados. Tiveram vez no rol de escolhas da Folha questões como o preconceito e as inclinações ideológicas de membros do governo, aos quais não foram poupadas críticas.

Mesmo com estas diferenças, pode-se dizer que os dois jornais paulistas serviram à manutenção de relações de poder vigentes, cada um à sua maneira e respeitando suas inclinações ideológicas próprias. Estas diferenças ideológicas entre eles puderam ser percebidas analisando seus posicionamentos em momentos políticos relevantes da história brasileira.

Mais identificado com o conservadorismo, o Estadão não se preocupou tanto com o preconceito nas críticas ao governo, apoiado por ele no segundo turno das eleições. Sua defesa do agronegócio lembra a posição tomada na década de 1930, quando defendia que a causa da lavoura era a mais importante e todas as outras eram de menor importância.

Historicamente mais liberal, a Folha optou por abranger questões como preconceitos e o alinhamento ideológico aos Estados Unidos de Donald Trump. As críticas feitas nestes dois sentidos condizem com seu alinhamento ideológico ao liberalismo seguido pelo jornal, de características particulares e diferente do europeu.

Chegamos à conclusão que os dois jornais, cada um a sua maneira e de acordo com linhas ideológicas, foram um recurso à tentativa do setor do agronegócio preocupado em influenciar a opinião pública de que suas preocupações com os rumos que estava

tomando o governo brasileiro eram válidas. Inserindo esta análise nas discussões sobre formas de poder, afirmamos que este setor, portador do poder político, valeu-se de recursos relacionados a outros tipos de poder – como o poder simbólico – para defender seus interesses.

Na configuração histórica da primeira metade do século XX o jornal O Estado de S. Paulo, por exemplo, teve uma postura ativa em defesa dos interesses da lavoura, por considerar estes fundamentais ao país. Na conjuntura que estudamos e analisando maneira como se desenvolveu o que se chama nos dias de hoje de “agronegócio”, pode-se dizer que é este setor – e não tão enfaticamente o jornal – que busca tornar suas aspirações e preocupações legítimas perante a sociedade. Esta conclusão contraria uma percepção anterior ao início da pesquisa, segundo a qual este jornal paulista defendia os interesses do “agronegócio” de maneira semelhante ao que fazia em meados do século passado.

O governo brasileiro esteve sob disputa e teve sua política externa influenciada pela “ala ideológica” nos dois primeiros anos de mandato de Jair Bolsonaro, encontrando resistência e limite para suas ações na influência exercida pelo “agronegócio”. Neste ponto, nos parece relevante trazer à discussão o antiglobalismo empunhado pela “ala ideológica”.

Diferente do contexto europeu, onde discursos anti-imigração e de temor pela influência de povos islâmicos encontraram abrigo nas preocupações dos europeus, estas bandeiras antiglobalistas não encontram sentido na realidade brasileira devido ao país estar distante de regiões com migração em massa e não haver grande preocupação com a questão migratória no país.

Não podendo empunhar a bandeira do inimigo externo, do perigo da questão migratória e de seus possíveis prejuízos aos cidadãos brasileiros, os entusiastas do antiglobalismo no governo brasileiro se viram reféns da pauta anticomunista e sinofóbica. Esta pauta, apesar de sustentada pelo ministro Ernesto Araújo durante seus dois anos à frente do Ministério das Relações Exteriores, não conseguiu influenciar o governo brasileiro de maneira tão enfática e suficiente para chegar ao ponto de romper relações diplomáticas com a China.

Referências bibliográficas:

ABRASCO. **Dossiê Abrasco Pandemia de Covid-19**. 13º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, 2022, Salvador. Disponível em: <<https://abrasco.org.br/dossie-abrasco-pandemia-de-covid-19/>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2024.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira**. In: **A democratização no Brasil: atores e contextos** / Organizadora Alzira Alves de Abreu. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AGENCIA BRASIL. **CPI da Pandemia aprova relatório final e pede 80 indiciamentos**. 26 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-10/cpi-da-pandemia-aprova-relatorio-final-e-pede-80-indiciamentos>>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2024.

AGÊNCIA BRASIL. **Em visita oficial à China, Mourão reativa comissão sino-brasileira**. 20 de maio de 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-05/em-visita-oficial-china-mourao-reativa-comissao-sino-brasileira>>. Acesso em: 20 de agosto de 2022.

AGÊNCIA BRASIL. **Investimentos chineses voltam a crescer no Brasil após pandemia**. 31 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-08/investimentos-chineses-voltam-crescer-no-brasil-apos-pandemia>>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.

AGÊNCIA BRASIL. **Petrobras e estatais chinesas arrematam maior bloco da cessão onerosa**. 6 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/petrobras-e-estatais-chinesas-arrematam-maior-bloco-da-cessao-onerosa>>. Acesso em: 27 de novembro de 2022.

ARAÚJO, Ernesto H. F. **“Trump e o Ocidente”**. Cadernos de Política Exterior, Brasília, ano 3, v. 3, n. 6, p. 323-358, Dez. 2017.

ARAÚJO, Ney Bittencourt de. **“A quebra de paradigmas. Trechos do discurso proferido pelo fundador da ABAG na cerimônia de posse da Diretoria e Conselho da entidade, no dia 6 de maio de 1993, no Auditório Nereu Ramos do Congresso Nacional, em Brasília”**. 20 anos ABAG. São Paulo: ABAG, 2013.

BBC BRASIL. **Bolsonaro convida Xi Jinping para o 'maior leilão de petróleo e gás da história'**. 25 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50181460>>. Acesso em: 26 de novembro de 2022.

BRASIL. **Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus**. UNA-SUS. 11 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2024.

BRASIL PARALELO. **"Globalismo: Bastidores do Mundo | Debate entre Olavo de Carvalho e Paulo R. de Almeida"**. Youtube, 13 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CkgQhnApLow>>.

BENEVIDES, Maria Vitória. **A UDN e o Udenismo. Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O que esperar das relações Brasil-China?**. Revista de Sociologia e Política, v. 19, p. 31-44, 2011.

BOITO JR, Armando. **Fratura em frente neodesenvolvimentista decretou queda de Dilma, avalia Boito Jr.** Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/06/19/fratura-em-frente-neodesenvolvimentista-decretou-queda-de-dilma-avalia-boito>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BERRINGER, Tatiana; FORLINI, Luana. **Crise política e mudança na política externa no governo Temer: contradições no seio da burguesia interna brasileira. Conjuntura Austral**. Revista do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais da UFRGS, v. 9, n. 48, p. 5-19, 2018.

BERRINGER, Tatiana; BELASQUES, Bruna. **As relações Brasil-China nos governos Lula e Dilma: burguesia interna e subordinação conflitiva**. Carta Internacional, v. 15, n. 3, 2020.

BUSILLI, Virginia Soledad. **Las relaciones Brasil-China: de Lula a Temer. La autonomía como estrategia**. 2019. Universidad Nacional de Córdoba. Facultad de Ciencias Sociales; Cuadernos de Coyuntura; p. 97-101, 2019.

BBC Brasil. **Eduardo Bolsonaro culpa China por coronavírus; embaixador chinês repudia fala**. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eduardo-bolsonaro-culpa-china-por-coronavirus-embaixador-repudia-fala/>>.

BULLA, Beatriz; LEOPOLDO, Ricardo. **Brasil aceitará dinheiro chinês, diz ministro Paulo Guedes nos EUA: Ministro 'convidou' americanos a investirem em infraestrutura no País, mas disse que governo continuará aberto a recursos da China**. Estado de São Paulo, Washington, 18 mar. 2019. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-aceitara-dinheiro-chines-dizguedes-nos-eua,70002760277>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CARVALHO, Rodrigo de. **A Imprensa escrita na era FHC: Análise dos editoriais dos jornais Folha de São Paulo e O Globo no período 1995-2002**. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2006.

CARVALHO, Olavo de. **Do marxismo cultural**. O Globo, [S. l.], 8 jun. 2002. Opinião, p. 7. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=do+marxismo+cultural>>.

CEBC. **Carta Brasil China: 40 anos de relações diplomáticas entre Brasil e China. 2015**. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/arquivos_cebc/carta-brasil-china/Ed_10.pdf>. Acesso 26 de dez. de 2022.

CEPEA. **PIB DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO.** Disponível em:<<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em: 30 de novembro de 2023.

CNN BRASIL. **Agronegócio no Brasil dá salto em 20 anos e hoje equivale ao PIB da Argentina.** 20 de fevereiro de 2023. Disponível em:<<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/agronegocio-no-brasil-da-salto-em-20-anos-e-hoje-equivale-ao-pib-da-argentina/>>. Acesso em: 30 de novembro de 2023.

CNN BRASIL. **Butantan entrega 1,1 mi doses de vacina e paralisa produção por falta de insumos.** 15 de maio de 2021. Disponível em:<<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/butantan-interrompera-producao-de-vacina-por-atraso-em-entrega-de-insumos/>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2024.

CNN BRASIL. **Eduardo Bolsonaro culpa China por coronavírus; embaixador chinês repudia fala.** 18 de março de 2020. Disponível em:<<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eduardo-bolsonaro-culpa-china-por-coronavirus-embaixador-repudia-fala/>>. Acesso em: 27 de novembro de 2022.

CONTINI, Elisio et al. **Evolução recente e tendências do agronegócio.** Revista de política agrícola, v. 15, n. 1, p. 5-28, 2006.

CORREIO BRAZILIENSE. **Butantan atribui atraso de IFA da China a declarações de Bolsonaro.** 6 de maio de 2021. Disponível em:<<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/05/4922658-butantan-atribui-atraso-de-ifa-da-china-a-declaracoes-de-bolsonaro.html>>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.

DAMACENA, Ana Bárbara. **As relações entre Brasil e China: do pragmatismo à ideologia.** Conexões Internacionais, v. 2, n. 1, 2021.

DIÁRIO DO COMÉRCIO. **Investimentos chineses no Brasil têm queda de 74%.** 6 de agosto de 2021. Disponível em:<<https://diariodocomercio.com.br/economia/investimentos-chineses-no-brasil-tem-queda-de-74/>>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.

DIAS, J. C., CAVALCANTI FILHO, J. P., KEHL, M. R., PINHEIRO, P. S., DALLARO, P. B. A.; CUNHA, R. M. C. **Mortos e Desaparecidos Políticos (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, CNV, vol. III.** Brasília, DF, Brasil. Recuperado em 05 de maio de 2018. Disponível em:<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf>. Acesso em 11 dez. 2023.

EL PAÍS BRASIL. **Butantan afirma que ataques de Governo Bolsonaro à China já atrapalham vacinação.** 6 de maio de 2021. Disponível em:<<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-06/butantan-afirma-que-ataques-de-governo-bolsonaro-a-china-ja-atrapalham-vacinacao.html>>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

EL PAÍS BRASIL. **Diretor da Pfizer escancara atraso letal do Governo Bolsonaro na compra de vacinas.** 13 de maio de 2021. Disponível em:<<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-13/diretor-da-pfizer-escancara-atraso-letal-do-governo-bolsonaro-na-compra-de-vacinas.html>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2024.

EL PAÍS BRASIL. **Jair Bolsonaro retoma credencial machista com insinuação sexual contra jornalista.** 18 de fevereiro de 2020. Disponível em:<<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-18/jair-bolsonaro-retoma-credencial-machista-com-insinuacao-sexual-contrajornalista.html>>. Acesso em: 3 de setembro de 2023.

FIORI, José Luís. **Sobre o consenso de Washington.** Texto para discussão, 1995. Disponível em:<<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/15706/1/JLFiori.pdf>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2024.

FOLHA DE S. PAULO. **Aceno de Bolsonaro a Taiwan desanima Pequim, diz alto funcionário do regime chinês.** 5 de novembro de 2018. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/11/aceno-de-bolsonaro-a-taiwan-desanima-pequim-diz-alto-funcionario-do-regime-chines.shtml>>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.

FOLHA DE S. PAULO. **Acostume-se.** 31 de outubro de 2018. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/10/acostume-se.shtml>>. Acesso em: 3 de setembro de 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Apoio a diretas amplia peso político do jornal.** Disponível em:<https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-03.shtml>. Acesso em: 5 de setembro de 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Brasil continua.** Ano XLIV nº 12.707, p. 03, 31 de março de 1964. Disponível em:<https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Algumas-paginas-do-Caderno-Especial-64-Brasil-Continua-Fonte-Folha-de-Sao_fig1_335537848>.

FOLHA DE S. PAULO. **Bolsonaro diz que Folha é 'toda a fonte do mal' na imprensa.** 27 de março de 2019. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/bolsonaro-diz-que-folha-e-toda-a-fonte-do-mal-na-imprensa.shtml>>. Acesso em: 2 de setembro de 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Bolsonaro emprega servidora fantasma que vende açaí em Angra.** 11 de janeiro de 2018. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1949719-bolsonaro-emprega-servidora-fantasma-que-vende-acai-em-angra.shtml>>. Acesso em: 4 de setembro de 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Bolsonaro barra Folha e outros jornais em primeira entrevista coletiva como presidente eleito.** 1º de novembro de 2018. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/bolsonaro-barra-folha-e-outros-jornais-em-primeira-entrevista-coletiva-como-presidente-eleito.shtml>>. Acesso em: 3 de setembro de 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Caso Eduardo Bolsonaro-China mostra preconceito e política na pandemia.** 2020. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/caso-eduardo-bolsonaro-china-mostra-preconceito-e-politica-na-pandemia.shtml>>. Acesso em: 3 de setembro de 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **CPI mira discursos do governo e levanta 200 falas negacionistas de Bolsonaro.** 30 de abril de 2021. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/04/cpi-mira-discursos-do-governo-e-levanta-200-falas-negacionistas-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2024.

FOLHA DE S. PAULO. **Declarações da gestão Bolsonaro contra a China afetam liberação de insumos de vacinas, diz Butantan.** 6 de maio de 2021. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/05/declaracoes-da-gestao-bolsonaro-contr-a-china-afetam-liberacao-de-insumos-diz-butantan.shtml>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2024.

FOLHA DE S. PAULO. **Embaixada da China reage a acusações de Eduardo Bolsonaro sobre coronavírus.** 18 de março de 2020. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/embaixador-da-china-no-brasil-reage-a-eduardo-e-diz-que-deputado-nao-tem-visao-internacional.shtml>>. Acesso em: 8 de dezembro de 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Esse jornal se acabou, diz Bolsonaro ao Jornal Nacional sobre a Folha.** 29 de outubro de 2018. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/esse-jornal-se-acabou-diz-bolsonaro-ao-jornal-nacional-sobre-a-folha.shtml>>. Acesso em: 3 de setembro de 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Ex-mulher acusou Bolsonaro de furto de cofre e agressividade.** 28 de setembro de 2018. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/ex-mulher-acusou-bolsonaro-de-furto-de-cofre-e-agressividade.shtml>>. Acesso em: 2 de agosto de 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp.** 18 de outubro de 2018. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contr-a-pt-pelo-whatsapp.shtml>>. Acesso em: 3 de setembro de 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Folha oferece curso gratuito sobre a ditadura em 4 aulas online com Oscar Pilagallo.** 25 de junho de 2020. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/folha-oferece-curso-gratuito-sobre-a-ditadura-em-4-aulas-online-com-oscar-pilagallo.shtml>>. Acesso em: 7 de setembro de 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Militares ameaçam suspender circulação.** 22 de setembro de 1971. Disponível em:<https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02.shtml>. Acesso em: 3 de setembro de 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Maranhão comprou da China, mandou para Etiópia e driblou governo federal para ter respiradores.** 16 de abril de 2020. Disponível

em:<<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/04/maranhao-comprou-da-china-mandou-para-etioopia-e-driblou-governo-federal-para-ter-respiradores.shtml>>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.

FOLHA DE S. PAULO. **Racista, postagem de Weintraub é negativa para relação com Brasil, diz embaixada da China.** 6 de abril de 2020. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/racista-postagem-de-weintraub-e-negativa-para-relacao-com-brasil-diz-embaixada-da-china.shtml>>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.

GRYNSZPAN, Mario. 1.10 **ELEMENTOS PARA UMA HISTÓRIA SOCIAL DA NOÇÃO DE AGRONEGÓCIO NO BRASIL.** Caminhos da História Política Os 20 anos do NEC-UFF, p. 138, 2016.

G1. **'China cada vez mais faz parte do futuro do Brasil', diz Bolsonaro.** 13 de novembro de 2019. Disponível em:<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/13/bolsonaro-recebe-presidente-da-china-no-itamaraty-antes-de-cupula-de-lideres-do-brics.ghtml>>. Acesso em: 27 de novembro de 2022.

G1. **PIB do Brasil cresce 1,9% no 1º trimestre, puxado por disparada da agropecuária, diz IBGE.** 1 de junho de 2023. Disponível em:<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/06/01/pib-do-brasil-cresce-19percent-no-1-trimestre-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 30 de novembro de 2023.

G1. **Tribunal Penal Internacional recebe denúncia da CPI contra Bolsonaro por crime contra a humanidade.** 10 de fevereiro de 2022. Disponível em:<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/02/10/cpi-da-covid-entrega-ao-tribunal-penal-internacional-denuncia-que-acusa-bolsonaro-de-crime-contra-a-humanidade.ghtml>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2024.

IANNI, Octavio. **Globalização e neoliberalismo.** São Paulo em perspectiva, v. 12, n. 2, p. 27-32, 1998.

IBAÑEZ, Pablo. **Geopolítica e diplomacia em tempos de Covid-19: Brasil e China no limiar de um contencioso.** Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica, n. 18, 2020.

MACPHERSON, Crawford Brough. **A democracia liberal: origens e evolução.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977.

MAGALHÃES, Diego Trindade D.ávila. **Efeitos do antiglobalismo brasileiro sobre as relações Brasil-China (2018-2020).** Revista de Ciências Humanas, v. 1, n. 22, 2022.

MENESES, Sônia. **Ditadura, democracia e esquecimento: 1964 - o acontecimento recalçado e a ascensão do Jornal Folha de São Paulo como canal da democracia.** Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 39 - 71.

MENESES, Sônia. **A operação midiográfica: da escritura do evento na cena pública à inscrição do acontecimento no tempo - A mídia, a memória e a história.** In: História do Tempo Presente / Lucília de Almeida Neves Delgado, Marieta de Moraes Ferreira (Org.) - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

MERQUIOR, José Guilherme. **O liberalismo-antigo e moderno**. São Paulo: É Realizações, 2016.

MESQUITA, Mariana Gonçalves de. **O Governo Bolsonaro e a Folha de São Paulo: uma análise dos três primeiros meses de governo**. 2021. Dissertação de Mestrado. Disponível em:< <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14609>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2023.

MOTA, Carlos Guilherme Santos; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. paulo: 1921-1981**. 1980.

MOUFFE, Chantal. **Herederos de la globalización neoliberal**. En Le Monde Diplomatique. (Ed.), Neofascismo: De Trump a la extrema derecha europea. Capital Intelectual (2019). (Edición Kindle)

NETO, André de Faria Pereira. **O Estado de São Paulo e a deposição do Presidente Goulart (1964): Um estudo sobre as peculiaridades do liberalismo no Brasil**. Revista de História Regional, 1999.

O ESTADO DE S. PAULO. “**Diplomacia?**”. 20 de agosto de 1961. p. 3.

O ESTADO DE S. PAULO. **Entre o sucesso e a má fama**. 2020. Disponível em:< <https://www.estadao.com.br/opiniao/entre-o-sucesso-e-a-ma-fama/>>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.

O ESTADO DE S. PAULO. **'Não será comprada', diz Bolsonaro sobre vacina chinesa**. 21 de outubro de 2020. Disponível em:<<https://www.estadao.com.br/saude/nao-sera-comprada-diz-bolsonaro-sobre-vacina-chinesa/>>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.

O ESTADO DE S. PAULO. **O Brasil e a Rússia bolchevista**. 25.de novembro de 1961, p. 3.

O GLOBO. **Bolsonaro exclui 'Folha de S. Paulo' de licitação de periódicos para o governo federal**. 28 de novembro de 2019. Disponível em:<<https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-exclui-folha-de-paulo-de-licitacao-de-periodicos-para-governo-federal-24107237>>. Acesso em: 4 de setembro de 2023.

O GLOBO. **Sete momentos em que Ernesto Araújo atacou a China**. 18 de maio de 2021. Disponível em:<<https://oglobo.globo.com/politica/sete-momentos-em-que-ernesto-araujo-atacou-china-1-25023701>>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

RAMOS, Pedro et al. **Dimensões do agronegócio brasileiro. Políticas, instituições e perspectivas**. Brasília: MDA, 2007.

REBOUÇAS, Hébelly da Silva et al. **Lula e Bolsonaro populistas?: A visão de populismo dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo em alusão aos dois presidentes brasileiros**. Media & Jornalismo, v. 22, n. 40, p. 121-140, 2022.

REVISTA PIAUÍ. **Bolsonaro recusou três ofertas de vacina. 5 de fevereiro de 2021**. Disponível em:<<https://piaui.folha.uol.com.br/bolsonaro-recusou-tres-ofertas-de-vacina/>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2024.

SANTOS, Cynthia Adrielle da Silva; COSTA, Alessandra. **Empresas e ditadura civil-militar brasileira: os editoriais do jornal Folha de S. Paulo em uma perspectiva histórica**. Cadernos EBAPE. BR, v. 20, p. 688-707, 2022.

SEVERIANO, Mylton. **Nascidos para perder**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

SILVA, Jaqueline Victória Santana. **A cisão da conjuntura paradiplomática brasileira durante o governo Bolsonaro: o caso do Consórcio Nordeste (2019–2021)**. 2022.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1999.

PIRES, Elaine Muniz. **Imprensa, Ditadura e Democracia: A construção da autoimagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004)**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 35, 2007.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

UOL. **Eduardo Bolsonaro diz que culpa de pandemia do coronavírus é da China**. 18 de março de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/18/sem-provas-eduardo-bolsonaro-diz-que-culpa-da-pandemia-e-da-china.htm>>. Acesso em: 8 de dezembro de 2023.

VILLA, Rafael Antonio Duarte. **Política externa do governo Lula: continuidades e rupturas**. Revista Adusp, n. 34, p. 12-19, 2005.